

LEANDRO HENRIQUE DE ARAÚJO LEITE

**ASSISTÊNCIA SOCIAL E DESENVOLVIMENTO LOCAL:
UMA ANÁLISE COM ENFOQUE TERRITORIAL NA
ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DA VILA SANTO EUGÊNIO**



**UNIVERSIDADE CATÓLICA DOM BOSCO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO
LOCAL MESTRADO ACADÊMICO
CAMPO GRANDE – MS
2013**

LEANDRO HENRIQUE DE ARAÚJO LEITE

**ASSISTÊNCIA SOCIAL E DESENVOLVIMENTO LOCAL:
UMA ANÁLISE COM ENFOQUE TERRITORIAL NA
ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DA VILA SANTO EUGÊNIO**

Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Local – Mestrado Acadêmico da Universidade Católica Dom Bosco - UCDB, como requisito parcial para obtenção do título de mestre em Desenvolvimento Local, sob a orientação do Professor Dr. Heitor Romero Marques. Linha de Pesquisa: Desenvolvimento Local: Sistemas Produtivos, Inovação, Governança



**UNIVERSIDADE CATÓLICA DOM BOSCO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO
LOCAL MESTRADO ACADÊMICO
CAMPO GRANDE – MS
2013**

FICHA CATALOGRÁFICA

Leite, Leandro Henrique de Araújo.
L533a Assistência social e desenvolvimento local: uma análise com enfoque territorial na Associação de Moradores da Vila Santo Eugênio./ Leandro Henrique de Araújo Leite; orientação Heitor Romero Marques. 2013
82 f. + anexos

Dissertação (mestrado em desenvolvimento local) – Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande, 2013.

1. Desenvolvimento local 2. Assistência social – Associação de moradores 3. Terceiro setor I. Marques, Heitor Romero II. Título

CDD – 361.3|

FOLHA DE APROVAÇÃO

Título: Assistência Social e Desenvolvimento Local: uma análise com enfoque territorial na Associação de Moradores da Vila Santo Eugênio

Área de Concentração: Desenvolvimento Local em contexto de territorialidades.

Linha de Pesquisa: Desenvolvimento Local: sistemas produtivos, inovação, governança.

Dissertação submetida à Comissão Examinadora, designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Local – Mestrado Acadêmico da Universidade Católica Dom Bosco, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Local.

BANCA EXAMINADORA

Orientador - Prof. Dr. Heitor Romero Marques
Presidente/Mestrado DL
Universidade Católica Dom Bosco - UCDB

Prof. Dr. Josemar de Campos Maciel
Universidade Católica Dom Bosco - UCDB

Profa. Dra. Luciane Pinho de Almeida
Universidade Católica Dom Bosco - UCDB

Eu creio em mim mesmo. Creio nos que trabalham comigo, creio nos meus amigos e creio na minha família. Creio que Deus me emprestará tudo que necessito para triunfar, contanto que eu me esforce para alcançar com meios lícitos e honestos. Creio nas orações e nunca fecharei meus olhos para dormir, sem pedir antes a devida orientação a fim de ser paciente com os outros e tolerante com os que não acreditam no que eu acredito. Creio que o triunfo é resultado de esforço inteligente, que não depende da sorte, da magia, de amigos, companheiros duvidosos ou de meu chefe. Creio que tirarei da vida exatamente o que nela colocar. Serei cauteloso quando tratar os outros, como quero que eles sejam comigo. Não caluniarei aqueles que não gosto. Não diminuirei meu trabalho por ver que os outros o fazem. Prestarei o melhor serviço de que sou capaz, porque jurei a mim mesmo triunfar na vida, e sei que o triunfo é sempre resultado do esforço consciente e eficaz. Finalmente, perdoarei os que me ofendem, porque comprehendo que às vezes ofendo os outros e necessito de perdão.

Mahatma Gandhi

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Deus que me encaminha em todas as etapas de minha vida, e que com toda certeza, já tinha escrito mais esta grande conquista, pela qual sou muito grato!

Ao meu orientador Prof. Dr. Heitor Romero Marques, por contribuir magistralmente neste processo de construção do conhecimento, pela paciência, sabedoria e confiança em mim depositada desde o início da proposta desta pesquisa.

Aos docentes do Programa em Desenvolvimento Local.

A minha mãe e meu pai por sempre me incentivarem a estudar e me apoiar em minhas decisões.

Ao George Augusto por estar sempre presente, compartilhando das alegrias e dos desafios a serem superados, pelo apoio incondicional, por acreditar neste projeto, em mim e em muitos outros que virão.

A minha amiga de sempre, Larissa Barcelos por dividir este objetivo desde a graduação, incentivando, motivando e compartilhando das conquistas neste percurso.

A amiga Aline Sena que acompanhou todo o processo do mestrado e antes do ingresso neste, quando tudo era muito estudo e incertezas, sempre dando uma palavra amiga e contribuições.

RESUMO

A presente pesquisa constitui-se em um estudo desenvolvido no Programa de Mestrado em Desenvolvimento Local em Contexto de Territorialidades, integrando a linha de pesquisa Desenvolvimento Local: sistemas produtivos, inovação e governança. A investigação cerne sobre os desdobramentos da relação entre Assistência Social e Desenvolvimento Local desenvolvidos na Associação de Moradores da Vila Santo Eugênio em Campo Grande – Mato Grosso do Sul. O trabalho em tela vislumbra o panorama de que a assistência social e as teorizações do Desenvolvimento Local podem contribuir para a prevenção de riscos sociais e situações que levam o indivíduo à exclusão social. Por meio do empoderamento das potencialidades locais, oportunizando o acesso a bens e serviços públicos e articulação política com um enfoque sócio-territorial. A pesquisa teve como objeto de estudo a Assistência Social em relação ao Desenvolvimento Local na Associação de Moradores da Vila Santo Eugênio. Para tanto, procurou verificar, pela ótica do Desenvolvimento Local, quais as potencialidades e entraves no Projeto Ciranda Solidária, desenvolvido na Associação de Moradores da Vila Santo Eugênio (ASMVE), e sua contribuição no processo de desenvolvimento da referida comunidade por meio do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos previsto na Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. A pesquisa teve como metodologia o estudo de campo com abordagem qualitativa com a quantificação de alguns dados, utilizando registros bibliográficos e documentais (fichas sociais, fichas de matrículas e atas das reuniões), entrevistas com responsáveis e profissionais da instituição e observação das famílias atendidas pelo Projeto Ciranda Solidária no setor de Serviço Social. A investigação realizada evidencia que são muitos os aspectos congruentes entre os objetivos da Política de Assistência Social e o Desenvolvimento Local, em especial os aqui evidenciados. Ambos têm como foco fomentar o protagonismo individual e coletivo a partir de suas vivências e sua territorialidade, utilizando recursos e potencialidades locais, articuladas com políticas públicas, parcerias com organizações da sociedade civil organizada e instituições privadas. Em posse dos dados obtidos, foi possível perceber que a AMVSE, enquanto Associação de Moradores e instituição que compõe a rede socioassistencial, necessita instrumentalizar melhor as estratégias que visam fortalecer a participação e interação dos pais e responsáveis pelas crianças e adolescentes do Projeto, que também são moradores da Vila Santo Eugênio. Embora seja necessário fortalecer o vínculo familiar, conforme preconizado pelo serviço socioassistencial prestado, é inerente, também, que se fortaleça e fomente a cidadania plena dos moradores. O Projeto Ciranda Solidária, por si só, já demonstra um grande potencial do local, que é cuidado e a preocupação com as crianças, evidenciado nas falas tanto das responsáveis por elas, quanto pelo presidente da instituição. É necessário, que da forma como alguns moradores se organizaram para reivindicar um espaço e serviços que contribua com o desenvolvimento das crianças, que matricularam seus filhos no Projeto, continuem a mobilização e reivindicação de novas melhorias, não somente para as crianças, mas para todos os demais moradores.

PALAVRAS CHAVE: Desenvolvimento Local; Assistência Social; Terceiro Setor; Associação de Moradores.

ABSTRACT

This research is a study developed in the Master's Programme in Local Development in Context Territorialities, integrating online research Local Development: production systems, innovation and governance. The core research on developments in the relationship between Social and Local Development developed the Association of Residents of the Village in Santo Eugenio Campo Grande - Mato Grosso do Sul. The screen work sees the panorama of the social theories and Local Development may contribute to the prevention of social risks and situations that lead the individual to social exclusion. Through the empowerment of local potential and the opportunity to access to public goods and services and joint policy with a focus on socio-territorial. The research had as its object of study in relation to Social Development in the Local Residents Association Village St. Eugene. To do so, tried to verify, from the perspective of Local Development, which the potentials and barriers in CIRANDA Solidarity Project, developed in the Association of Residents of the Village Santo Eugenio (ASMVE), and its contribution in the development of that community through service Coexistence and Strengthening Linkages provided in National Grading social assistance services. The research methodology was to field study with a qualitative approach to the quantification of data, using bibliographic records and documentary (social bookmarks, enrollment records and minutes of meetings), interviews with officials and professionals of the institution and observation of the families served by CIRANDA Solidarity Project in the sector of Social Service. The research shows that there are many aspects congruent between the goals of Social Assistance Policy and Local Development, particularly evident here. Both are focused on fostering individual and collective leadership from their experiences and their territoriality, using local resources and potentialities, articulated public policy, partnerships with civil society organizations and private institutions. In possession of the data obtained, it was possible to see that while a AMVSE Residents Association and the institution that makes the network socioassitencial, need better instruments strategies that aim to strengthen the participation and interaction of parents and guardians of children and adolescents Project, which also are residents of the Village St. Eugene. For, although it is necessary to strengthen the family bond as predicted by the social assistance service provided is inherent, also, to strengthen and foster the full citizenship of residents. The Solidarity Project CIRANDA alone already shows great potential of the site, which is care and concern for children, evidenced in the statements of both responsible for them, as the president of the institution. It is necessary that the way some residents organized themselves to claim a space and services that contribute to the development of children who enrolled their children in the project, continue to mobilize and demand for new improvements, not only for children but for all other residents.

Key words: Local Development, Social Assistance; Third Sector; Neighborhood Association.

LISTA DE TABELAS

Tabela 01: Matriz padronizada para fichas de Serviços Socioassistenciais	36
Tabela 02: Principais características de instituições que compõem o Terceiro Setor	41
Tabela 03: Quantitativo de instituições que atuam na área de Assistência Social em Mato Grosso do Sul	43

LISTA DE ABREVIATURAS

AMVSE – Associação de Moradores da Vila Santo Eugênio

CNAS – Conselho Nacional de Assistência Social

LOAS- Lei Orgânica de Assistência Social

PNAS – Política Nacional de Assistência Social

NOB – RH – Norma Operacional Básica de Recursos Humanos

NOB – SUAS - Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social

SUAS – Sistema Único de Assistência Social

SCFV – Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos

LISTA DE FIGURAS

Figura nº 01: Associação de Moradores da Vila Santo Eugênio	45
Figura nº 02: Localização da Associação de Moradores da Vila Santo Eugênio	47

LISTA DE QUADROS

Quadro nº 01: Perfil dos Entrevistados

57

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
1 A PERSPECTIVA TEÓRICA DO DESENVOLVIMENTO LOCAL	19
1.1 DESENVOLVIMENTO LOCAL	19
1.2 TERRITÓRIO E TERRITORIALIDADE	23
1.3 ESPAÇO, LOCAL E LUGAR	25
1.4 COMUNIDADE E SENTIMENTO DE PERTENÇA	27
1.5 CAPITAL HUMANO E CAPITAL SOCIAL	28
2 A ASSISTÊNCIA SOCIAL NO BRASIL	31
2.1 A POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL BRASILEIRA	32
2.2 A TERRITORIALIDADE E A PARTICIPAÇÃO NA ASSISTÊNCIA SOCIAL	36
2.2.1 A TERRITORIALIDADE NA ASSISTÊNCIA SOCIAL	37
2.2.2 A PARTICIPAÇÃO NA ASSISTÊNCIA SOCIAL	39
2.3 A TIPIFICAÇÃO NACIONAL DOS SERVIÇOS SOCIOASSISTENCIAIS	41
3 TERCEIRO SETOR E ASSISTÊNCIA SOCIAL	44
3.1 A CONSTRUÇÃO DE UM NOVO SEGMENTO	44
3.2 CONCEITOS E CARACTERÍSTICAS DO TERCEIRO SETOR	46
3.3 A ATUAÇÃO DO TERCEIRO SETOR NA ÁREA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL	48
4 PROJETO CIRANDA: POTENCIALIDADES PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL E ASSISTENCIAL SOCIAL	52
4.1 A ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DA VILA SANTO EUGÉNIO E O	53

PROJETO CIRANDA SOLIDÁRIA**4.2 ATIVIDADES SOCIOASSISTENCIAIS E AÇÕES DESENVOLVIDAS 55****PELA AMVSE – PROJETO CIRANDA SOLIDÁRIA****4.3 O PERFIL DOS USUÁRIOS 57****4.3.1 PERCEPÇÃO DOS USUÁRIOS EM RELAÇÃO AO PROJETO 59
CIRANDA SOLIDÁRIA****4.3.2 PERCEPÇÃO DOS MORADORES EM RELAÇÃO A ASSOCIAÇÃO DE 62
MORADORES DA VILA SANTO EUGÊNIO****4.3.3 A PERCEPÇÃO DO PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO DE 64
MORADORES DA VILA SANTO EUGÊNIO****4.4 POTENCIALIDADES PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL 66****4.5 ENTRAVES PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL 68****CONSIDERAÇÕES FINAIS 70****REFERÊNCIAS 73****ANEXOS 77**

INTRODUÇÃO

O meio social tem vivenciado um processo de transformação cada vez mais veloz. Em tal realidade inserem-se a globalização, mundialização e os efeitos colaterais do capitalismo que deixam à margem muitos indivíduos, ocasionando uma “transformação” controversa e desigual, que, muitas vezes, acarreta na exclusão de uns para o crescimento de outros.

Compreender e interagir nesse mundo vertiginoso não é fácil, tão pouco célere, como é propagado pela mídia em geral. Uma forma de se iniciar o processo de reversão dessa realidade que leva muitos sujeitos à alienação e exclusão social é a garantia de direitos sociais como “porta de entrada” para a efetivação da cidadania. Nesse contexto a Política de Assistência Social e o Desenvolvimento Local, oferecem subsídios para a discussão das situações que implicam exclusão social, protagonismo e garantia de direitos.

Considerando o contexto populacional, cada vez mais heterogêneo, surgindo a cada dia novas questões sociais, demandando intervenções assertivas para cada uma dessas demandas, tem-se notado que há uma dificuldade em delimitar o público alvo de determinada ações. O Terceiro Setor, formado por associações, Organizações não Governamentais (ONG's), organizações benficiares e de caridade têm se mostrado um importante segmento no atendimento às demandas que o Estado não tem assistido, por meio das políticas públicas, em especial, de assistência social.

O trabalho em tela vislumbra o panorama de que a assistência social e as teorizações do Desenvolvimento Local podem contribuir para a prevenção de riscos sociais e situações que levam o indivíduo à exclusão social. Por meio do empoderamento das potencialidades locais pode haver acesso a bens e serviços públicos e articulação política com um enfoque sócio-territorial.

No meio acadêmico, o terceiro setor tem sido objeto de estudo de diversas áreas, dentre elas o Serviço Social, que compreende que o atendimento às famílias em estado de vulnerabilidade social tem aumentado nas ONG's.

Para sistematizar e caracterizar melhor os serviços socioassistenciais a Política de Assistência Social tem avançado de modo significativo. Em 25 de

novembro de 2009, foi publicado no Diário Oficial da União, a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, que caracterizou todos os serviços oferecidos pelo Sistema Único de Assistência Social (SUAS) que compreende os serviços ofertados pelo Estado e toda a rede socioassistencial, da qual fazem parte, as instituições da sociedade civil organizada. Essa resolução foi um marco para a política de assistência social, pois a partir desse momento as ONG's que não se caracterizam nos serviços discriminados foram descredenciadas e os recursos advindos da assistência social, cancelados.

A pesquisa teve como objeto de estudo a Assistência Social em relação ao Desenvolvimento Local na Associação de Moradores da Vila Santo Eugênio. Para tanto, procurou verificar, pela ótica do Desenvolvimento Local, quais as potencialidades e entraves no Projeto Ciranda Solidária, desenvolvido na Associação de Moradores da Vila Santo Eugênio (ASMVE), e sua contribuição no processo de desenvolvimento da referida comunidade por meio do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos previsto na Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. A discussão do trabalho buscou contextualizar a Associação de Moradores da Vila Santo Eugênio como uma entidade não governamental que presta serviço socioassistencial, atuando conforme preconiza a Política de Assistência Social com possíveis desdobramentos na perspectiva do Desenvolvimento Local da comunidade da Vila Santo Eugênio.

A instituição foi escolhida por ser tratar de uma associação de moradores que desenvolve projeto com crianças e adolescentes e suas famílias e por estar inscrita no Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), para executar o serviço socioassistencial de convivência e fortalecimento de vínculos. Atualmente a Associação de Moradores da Vila Santo Eugênio atende cerca de 150 crianças e adolescentes e aproximadamente 70 famílias.

Ainda que a neutralidade absoluta, em relação às ideologias, inclusive do pesquisador, ou à possível contaminação dos resultados, esclarece-se que o presente trabalho não apresenta conflitos de interesse, pelo autor ter atuado na instituição estudada como Assistente Social.

A investigação teve como metodologia o estudo de campo com abordagem qualitativa com a quantificação de dados pertinentes ao objeto de análise, utilizando

registros bibliográficos e documentais (fichas sociais, fichas de matrículas e atas das reuniões), entrevistas com responsáveis e profissionais da instituição e observação das famílias atendidas pelo Projeto Ciranda Solidária no setor de Serviço Social.

As entrevistas foram realizadas com dois enfoques. No primeiro momento, delimitou-se as entrevistas com os(as) responsáveis pelas crianças e adolescentes matriculados no Projeto Ciranda Solidária e no segundo momento, foi entrevistado o presidente da Associação de Moradores que desenvolve o projeto.

Como critério de inclusão e exclusão da amostra a ser pesquisada, entre os(as) responsáveis pelas crianças e adolescentes do projeto, optou-se em abordar os(as) responsáveis beneficiários do programa bolsa família e que residem na Vila Santo Eugênio. Estes critérios foram adotados, por compreender que os indivíduos pesquisados, além de terem suas crianças participando do projeto, também devem ser acompanhados e assistidos pela rede socioassistencial. Pensando no enfoque territorial e da participação dos moradores da Vila Santo Eugênio na AMVSE, optou-se por delimitar ainda mais a pesquisa com responsáveis pelas crianças que morassem na Vila Santo Eugênio, totalizando o número de quatorze entrevistados.

O instrumento de coleta de dados utilizado com os(as) responsáveis foi elaborado e estruturado em três partes, contando com questões semi-estruturadas, abertas e fechadas. A primeira questão teve o objetivo de identificar os dados pessoais e familiares do entrevistado, o segundo a percepção do entrevistado em relação ao projeto ciranda solidária e a última sua visão da AMVSE enquanto morador da Vila Santo Eugênio.

A entrevista realizada com o presidente da AMVSE utilizou-se de um questionário com perguntas estruturadas abertas, com o objetivo de identificar sua atuação enquanto presidente de uma instituição que atua na assistência social e também enquanto representante da comunidade.

O primeiro capítulo do trabalho aborda as teorizações atinentes ao Desenvolvimento Local, objetivando compreender os aspectos peculiares a esta perspectiva de desenvolvimento, fundamentado no protagonismo humano e do desabrochamento de potencialidades do local.

O segundo capítulo realiza uma breve abordagem histórica da assistência social brasileira, apontando como a Política Nacional de Assistência Social foi consolidada e os vieses que comungam com a perspectiva de Desenvolvimento Local, enfatizando os aspectos da territorialidade e participação.

O terceiro capítulo acrescenta à discussão os conceitos e o contexto em que surgem as organizações da sociedade civil no Brasil. Nesse capítulo, também infere-se sobre as instituições que desenvolvem atividades na área da assistência social, considerando que o objeto de estudo desta pesquisa foi uma associação que compõe o Terceiro Setor.

No quarto capítulo do estudo, encontra-se a análise das entrevistas realizadas na Associação de Moradores da Vila Santo Eugênio, enquanto uma instituição do Terceiro Setor que atua na área da assistência social com diversas perspectivas a serem discutidas a luz do Desenvolvimento Local e da Política de Assistência Social.

Esta discussão busca apresentar a necessidade de intervenções singulares, pois cada comunidade apresenta particularidades relevantes. Partindo desse pressuposto, pode-se afirmar que utilizar a mesma estratégia de intervenção em mais de uma comunidade pode acarretar em uma sucessão de equívocos que, consequentemente, prejudicarão o público alvo, a exemplo do modelo neoliberal implantado pelo sistema capitalista. Contudo, ainda que haja ciência quanto as particularidades de cada comunidade, não se pode negar o modelo amplo de abordagem elaborado e executado pelas políticas sociais, as quais devem ser ponderadas de acordo com a realidade de cada local de modo que contribuam no processo de Desenvolvimento Local e na garantia dos direitos sociais preconizados em lei para todos os cidadãos brasileiros.

1 A PERSPECTIVA TEÓRICA DO DESENVOLVIMENTO LOCAL

A história da humanidade demonstra que a sociedade sempre esteve em processo de mudança, na maioria das vezes buscando avançar para o melhor, em busca do “desenvolvimento”. Porém, por muitos anos, este “tal” desenvolvimento passou por vários olhares, vieses e abordagens que vão desde a defesa do desenvolvimento à custa do capital industrial ao desenvolvimento que tenta equacionar os efeitos colaterais de seus antecessores.

O contexto social contemporâneo tem se apresentado cada vez mais dinâmico, interativo e diversificado, buscando em meio à problemática social e econômica, em escalas que vão do micro ao macro, se organizar e se tornar sustentável. A sociedade se porta de forma diferenciada as ambições não são as mesmas do início do século XX, ou seja, todos buscam ser reconhecidos e não mais descobertos, para interagir com protagonismo nessa sociedade tão complexa (LE BOURLEGAT, 2011).

Há de se realizar a discussão e reflexão acerca do “desenvolvimento a qualquer custo”, pois, comprehende-se que existem várias formas de desenvolvimento e que estas são relativas a cada contexto histórico e lugar. Para tanto, há de se pensar que além do desenvolvimento econômico, que é o mais difundido, é imprescindível pensar também em desenvolvimento humano e social.

Na busca de reconhecimento e pela necessidade de se valorizar as potencialidades e características locais, para dar respostas ao mundo globalizado, integrando-se a este, emergem as teorizações sobre o Desenvolvimento Local.

1.1 DESENVOLVIMENTO LOCAL

O termo desenvolvimento se encontra em evidência nos mais variados segmentos, seja tecnológico, urbano, social, internacional e isso não é recente. Nesse processo, ao se realizar uma retomada histórica, percebe-se que a palavra desenvolvimento veio sofrendo transformações e agregando conceitos como o desenvolvimento regional, subdesenvolvido, desenvolvimento sustentável, Desenvolvimento Local, dentre outros.

Após a revolução industrial, o desenvolvimento passou a ser visto, comumente, como sinônimo de progresso, capaz de gerar riqueza às cidades, oportunizar novas formas de trabalho e desenvolvimento, tanto para o indivíduo quanto para localidade. Contudo, vincular o desenvolvimento de um determinado local, total e simplesmente, a aglomeração de fábricas e indústrias encontradas no mesmo, é um equívoco, que, na atual conjuntura, não se pode cometer. Existem vários outros fatores e variáveis, a exemplo dos humanos, sociais, econômicos etc., que devem ser considerados antes que se faça tal assertiva.

O desenvolvimento já foi associado somente à economia, contudo, como salienta Souza (1997, p. 06), "[...] o desenvolvimento não deve ser entendido como sinônimo de desenvolvimento econômico". No contexto globalizado em que a sociedade tem vivido, permeado por influências externas, *status* e muitas vezes desvalorização de determinados locais, faz-se necessário um referencial teórico que subsidie estudos que façam emergir o oposto dessa realidade.

A análise do presente estudo utilizou-se das teorizações acerca do conceito de Desenvolvimento Local, que parte do ser humano como ponto central, inserido socialmente em um local com suas dificuldades e potencialidades. Nesse sentido, para elucidar melhor sobre o conceito de Desenvolvimento Local Ávila *et al* (2000, p. 68) afirma:

O Desenvolvimento Local consiste no efetivo desabrochamento das capacidades, habilidades e competências de uma comunidade definida e delimitada com presença intrínseca de interesses próprios, identidade coletiva, identidade cultural, solidariedade, colaboração e confiança para que verdadeiramente as amarras sejam rompidas a fim de que a comunidade utilize suas potencialidades locais (endógeno), desmistificando o modelo antigo que enfatiza o assistencialismo e o paternalismo como fundamental para uma comunidade desenvolver-se (exógenos).

Infere-se da conceituação acima a diferença entre o conceito de Desenvolvimento Local e as demais formas de desenvolvimento abordadas até o momento. No Desenvolvimento Local não há a possibilidade de se pensar em um local por meio de uma visão geral, superficial, uma vez que é preciso considerar suas características e potencialidades.

Considerando que na perspectiva de Desenvolvimento Local devem-se ponderar as características do local e ter um olhar voltado não apenas pela lente

econômica, é preciso se atentar para o atendimento das necessidades locais no sentido humano, ou seja, a riqueza da solidariedade, o pertencimento, protagonismo comunitário, dentre outras. Assim, cabe sinalizar a contribuição de Antonio Elizalde (2000, p. 52) em relação as nove necessidades fundamentais na escala humana, que são:

[...] subsistência, proteção, afeto, entendimento, criação, participação, ócio, identidade e liberdade [...] da mesma maneira que seria muito difícil estabelecer se é mais importante em nossa biologia o sistema cardio-respiratório ou o sistema gastrointestinal ocorre algo parecido com as necessidades [...], todas têm uma importância similar [...] muda o conceito de pobreza associado exclusivamente à ausência de subsistência [...], há pessoas que morrem não somente de fome senão morrem também por carência de afeto ou por carência de identidade.

Pensar em Desenvolvimento Local é pensar no local como um campo de intervenção particular. Projetar ou traçar uma meta de desenvolvimento a partir de outros lugares, de outras experiências e levar para ser executado no local foge totalmente da perspectiva dessa abordagem. Nesse sentido, Ávila (2000, p. 69) diferencia o desenvolvimento no local e Desenvolvimento Local, nos seguintes termos:

[...] desenvolvimento no local: quaisquer agentes externos se dirigem à ‘comunidade localizada’ para promover as melhorias de suas condições e qualidade de vida, com a ‘participação ativa’ da mesma; [...] e no [...] Desenvolvimento Local: a comunidade mesma desabrocha suas capacidades, competências e habilidades de agenciamento e gestão das próprias condições e qualidade de vida, ‘metabolizando’ comunitariamente as participações efetivamente contributivas de quaisquer agentes externos [...].

A diferença entre Desenvolvimento Local e desenvolvimento no local é notada de forma muito clara nas teorizações realizadas por Ávila (2000). Tais conceitos são essenciais ao estudar o Desenvolvimento Local. O autor chama a atenção para essa diferença, ao enfatizar que são termos contrários e não contraditórios. Ao entender o Desenvolvimento Local semelhantemente ao que ocorre como uma sistemática capilar, Buarque (1999, p. 9) contribui destacando o Desenvolvimento Local enquanto um processo endógeno.

É um processo endógeno registrado em pequenas unidades territoriais e agrupamentos humanos capaz de promover o

dynamismo econômico e a melhoria na qualidade de vida da população. [...] Representa uma singular transformação nas bases econômicas e na organização social em nível local, resultante da mobilização das energias da sociedade, explorando as suas capacidades e potencialidades específicas.

Estudar o local pela perspectiva do Desenvolvimento Local é considerá-lo como singular. Observar suas peculiaridades é fundamental no Desenvolvimento Local, deve-se analisar uma comunidade com diversas potencialidades e diferentes protagonistas e a dinâmica social local. Buscar compreender como a cultura é expressa e incorporada nos hábitos e na rotina dos indivíduos em um local específico também é inerente quando se analisa determinado local pela perspectiva do DL, pois segundo Kliksberg, (2001 p.122-3): “[...] a cultura incide claramente sobre o estilo de vida dos diversos grupos sociais”.

Dentre os movimentos que influenciaram e contribuíram para a teorização do Desenvolvimento Local podem ser citadas as cartas elaboradas pela Organização das Nações Unidas no pós-guerra, (1941-45), e os movimentos ambientais como a Conferência das Nações Unidas realizada em Estocolmo em 1972. Tais movimentos projetaram “[...] um novo olhar sobre a dinâmica dos fluxos econômicos, que repousa sobre a possibilidade de promover autodeterminação das populações locais [...] atores sociais [...] ruptura dos círculos viciosos do mau desenvolvimento [...] (FONTAN, 2011, p. 39).

No Desenvolvimento Local não se considera mais a visão de níveis verticais, mas horizontais, em que o Estado e a comunidade interagem em níveis de conhecimentos de mesmo valor, cuja ênfase é dada às pequenas localidades, consideradas a partir de seus valores endógenos, articulados com os fatores exógenos, suas tradições e identidades.

Para se pensar em Desenvolvimento Local deve-se considerar as potencialidades de cada local, tais como a solidariedade local, cultura, patrimônio material e imaterial e entender que esse local deve estar articulado com outras regiões. É preciso ponderar as potencialidades locais, e reconhecer que a sociedade está cada vez mais complexa e interligada, exigindo, assim, articulações permanentes junto a diferentes organizações (LE BOURLEGAT, 2011).

O Desenvolvimento Local não propugna o isolamento. Ao contrário, o agente de desenvolvimento deve atentar-se aos perigos do localismo, em que se supervaloriza uma localidade que se considerada auto-suficiente, sem se relacionar e articular

com outros locais.

1.2 TERRITÓRIO E TERRITORIALIDADE

Ao longo da história da humanidade é possível perceber que as pessoas buscaram, e ainda buscam, viver em comunidade, tribos, grupos etc. por diversas razões, seja por motivo de sobrevivência, interesses comuns, sentimento de pertença ou necessidade passageira.

Para o entendimento do Desenvolvimento Local é inerente conhecer as características físicas, culturais, potencialidades, entraves, atores sociais, suas redes, porque cada local é naturalmente peculiar. Isso reforça a perspectiva de que as comunidades quando se encontram emponderadas, possuem inúmeras possibilidades para a gestão local, utilizando de suas experiências, iniciativas e articulação com diversas instâncias para alcançar seus objetivos. Nesse sentido, as comunidades buscam a “metabolização comunitária de insumos e investimentos públicos e privados externos, visando a busca de soluções para os problemas, necessidades e aspirações de toda ordem e natureza que mais direta e cotidianamente lhe dizem respeito” (ÁVILA, 2000, p. 68).

Ao se analisar um local pela ótica do Desenvolvimento Local é necessário mensurá-lo como um conjunto de possibilidades, desafios e entraves existentes de forma capilar e complexa. Nesse sentido, faz-se pertinente referenciar Raffestin (1993, p.143-4) com sua contribuição ao conceituar território e espaço:

É essencial compreender que o espaço é anterior ao território. O território se forma a partir do espaço, é resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreto ou abstratamente (por exemplo, pela representação), o ator ‘territorializa’ o espaço. [...] o território, nessa perspectiva, é um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder. O espaço é a ‘prisão original’, o território é a prisão que os homens constroem para si.

Pela contribuição de Raffestin, (1993), entende-se que as relações são construídas no espaço. Há uma interação entre o espaço e o indivíduo, nesse

sentido, os atores criam o território de acordo com as relações estabelecidas neste, a cultura de quem o povoa e assim relações com o local são estabelecidas.

Segundo Albagli e Maciel (2004) há de se ter a percepção da existência de uma conexão entre as extensões socioculturais e territoriais, tanto em escala individual quanto em grupos sociais, esta desponta em diversas escalas geográficas. Importante também a contribuição de Santos (1994) com as questões que envolvem a territorialidade ao apontar as mudanças que ocorrem nos territórios com o passar dos anos. Englobando as rápidas mudanças arquitetônicas nos locais, a exemplo de novas construções, que hoje são realizadas em escalas e modificam um local que representava características daquele local.

Ante as muitas alterações fica nítida a configuração que certo território era usado por sujeitos do local há anos atrás. O território é passível de transformações ao passar do tempo. Nesse sentido, Santos, (1994, p.18) aponta:

A formação do território pode advir de lugares contíguos e de lugares em rede. São, todavia, os mesmos lugares que formam redes e que formam o espaço banal. São os mesmos lugares, os mesmos pontos, mas contendo simultaneamente funcionalizações diferentes, quiçá divergentes ou opostas.

É de extrema importância compreender o quanto estão imbricadas as relações entre as pessoas e os territórios nos quais elas estão inseridas, pois a dinâmica social de um local e as representações sociais e de poder de um local dizem muito a respeito de si. Na mesma perspectiva, Santos (2002) chama a atenção para a análise histórica do território, pois este foi tecido por vários atores, um território “híbrido” que mesmo em transformação possui sua história e esta não pode ser negligenciada, há de se realizar uma “análise social”. Ou seja, buscar conhecer a dinâmica de determinado local, pois ele não surgiu sem uma história, há de se pensar como o território foi formado, como foram tecidas as relações nele estabelecidas, os objetivos das pessoas que moravam naquele território, a cultura, os hábitos o cotidiano de quem vivia no local.

No olhar de Raffestin (1993, p. 160) entende-se como territorialidade um “conjunto de relações que se originam em um sistema tridimensional, sociedade, espaço e tempo em vias de atingir a maior autonomia possível e compatível com os recursos do sistema”, ou seja, a territorialidade ocorre quando os indivíduos não somente se apoderam do território, mas fazem parte do mesmo.

1.3 ESPAÇO, LOCAL E LUGAR

É muito comum em um contexto informal a utilização das palavras; espaço, local e lugar serem utilizadas como sinônimos, porém, elas não têm o mesmo significado. Ao que concerne ao Desenvolvimento Local, é fundamental compreender as diferenças desses vocábulos, considerando que têm diferentes funções e interpretações (ÁVILA, 2000).

A interdisciplinaridade é uma característica que se insere na perspectiva de Desenvolvimento Local, ofertando subsídios e aportes teóricos de diferentes áreas, especialmente quanto se refere às questões relativas ao espaço, lugar, território, local, temas em que muitas das referências partem da geografia, sociologia, economia, filosofia, dentre outras. Para Milton Santos (1978, p.122) é preciso compreender o espaço:

O espaço deve ser considerado como uma totalidade, a exemplo da própria sociedade que lhe dá vida [...] o espaço deve ser considerado como um conjunto de funções e formas que se apresentam por processos do passado e do presente [...] o espaço se define como um conjunto de formas representativas de relações sociais do passado e do presente e por uma estrutura representada por relações sociais que se manifestam através de processos e funções .

No aporte de Santos (1978), comprehende-se o valor mais social e humano que o autor dá ao espaço, não o descrevendo como um simples ambiente a ser ocupado por pessoas ou uma localidade sem vida. O autor expõe o espaço como algo que passa por processos, transformações e representações protagonizadas por pessoas que fazem parte do seu cotidiano.

O espaço se apresenta como um ambiente construído dialeticamente. Os significados e representações surgem a partir das ações e sentidos abstratos dados pela comunidade que o habita. Na mesma perspectiva Martins (2002) aponta para “prática espacial” que ocorre no espaço por meio das “representações sociais”.

No enfoque de Milton Santos (1978) o espaço está sempre em processo, pois considera-se tanto suas ações no sentido de totalidade, do passado quanto do presente, pois elas têm e tiveram finalidades específicas para cada período, pois “o espaço, embora submetido à lei da totalidade, dispõe de uma certa autonomia” (SANTOS, 1978, p. 145). Ao que concerne ao local no aporte de López (1991, p. 42) a autora sinaliza que:

Quando falamos de local, estamos nos referindo a um espaço, a uma superfície territorial de dimensões razoáveis para o desenvolvimento da vida, com uma identidade que o distingue de outros espaços e de outros territórios e no qual as pessoas conduzem sua vida cotidiana: habitam, se relacionam, trabalham, compartilham normas, valores, costumes e representações simbólicas.

A contribuição de López (1991) expõe de modo claro a diferença entre espaço e local. A autora relaciona a vida cotidiana das pessoas a um determinado local. Embora existam as representações simbólicas que podem ser tanto abstratas quanto concretas, o habitar, trabalhar e relacionar com o outro é concreto. Assim, López (1991) dá uma sequência à questão do espaço que sai do campo abstrato para o campo do vivido, do relacionamento cotidiano.

Ao visualizar o sentido de local no que se refere ao Desenvolvimento Local, Martins (2002, p. 54) destaca que tal acepção relaciona-se ao intuito de acompanhar melhor determinado local, valorizar “à escala das inter-relações pessoais da vida cotidiana, que sobre uma base territorial constroem sua identidade”.

Seguindo o trajeto do espaço para local, chega-se as concepções que envolvem o lugar. No olhar de Tuan (1980, p. 387) “o lugar encarna as experiências e aspirações das pessoas. O lugar não é só um fato a ser explicado na ampla estrutura do espaço, ele é a realidade a ser esclarecida e compreendida sob a perspectiva das pessoas que lhe dão significado”. Entende-se que o lugar foi vivenciado pelo indivíduo em um contexto concreto, e este ampliou tais relações para o campo simbólico espacial.

O lugar passa, então, a ser um espaço no qual as pessoas projetam seus simbolismos, memórias, lembranças a partir de suas vivências, recordações como apresenta Le Bourlegat (2000, p. 18):

Vale lembrar que a construção do lugar também se realiza na dimensão do simbólico. Nessa perspectiva, o ser humano identifica-se com o lugar vivido como materialidade impregnada de valores, que ganha significado pelo próprio uso cotidiano. [...] O lugar, portanto, é onde a vida se desenvolve em todas as suas dimensões. Assim, a ordem interna construída no lugar, tecida pela história e pela cultura, produz a identidade.

É no lugar que as pessoas passam a fazer referência a determinado território, por se remeter a aquele com seus simbolismos e características criadas a partir do físico para o subjetivo. Assim, deve ser valorizada a identidade local, cultura e aspectos que fazem de um local um lugar. Desse modo, o lugar cativa indivíduos, que por ele passa, fomentando o pertencimento, relações de solidariedade possíveis articulações em escalas mais amplas.

1.4 A COMUNIDADE E O SENTIMENTO DE PERTENÇA

Compreendida as nuances entre território, territorialidade, espaço, lugar e local é importante incluir na discussão aspectos que estão intrínsecos às comunidades, em especial o sentimento de pertença ou pertencimento. Habitualmente, entende-se por comunidade o agrupamento de sujeitos que convivem e pactuam com determinadas regras sociais, envolvendo trocas entre si e interação.

Nos estudos sob a ótica do Desenvolvimento Local é imprescindível conhecer e compreender as comunidades, pois é onde tudo acontece, é o ambiente em que as pessoas se interrelacionam. Para Weber (1987, p. 77), comunidade se constitui de “uma relação social na medida em que a orientação da ação social, na média ou no tipo ideal baseia-se em um sentido de solidariedade [...]. É possível perceber que, sob a perspectiva do Desenvolvimento Local, deve-se analisar determinada localidade com todas as particularidades que esta possui. Inclui-se a tradição local, hábitos e costumes, a dinâmica social, ou seja, suas potencialidades e seus entraves.

Um aspecto importante a ser considerado nas comunidades, que contribui para a resolução de conflitos, afloramento das potencialidades, identificação de afinidades no engajamento em prol de um objetivo comum, é o sentimento de pertença. Segundo Martins *apud* Amaro, Povoa e Macedo, (2008, p. 50):

Sentimento de pertença – processo psicossocial de ação ou intervenção sobre um espaço visando personalizá-lo, que se traduz sob forma de apego ao lugar (apropriação afetiva, desenvolvimento de laços afetivos, possessão alimentada pelos contatos sensoriais que fazem perceber um ambiente como familiar).

O sentimento de pertença por determinado local aproxima as pessoas, torna mais evidente e fortalecida a relação do indivíduo com o território e a comunidade que comunga desses vínculos. Tal característica é essencial para ações de solidariedade, cooperativismo e valorização da identidade local e do grupo. No olhar de Amaral (2006):

[...] sentimento de pertencimento é a crença subjetiva numa origem comum que une distintos indivíduos. Os indivíduos pensam em si mesmos como membros de uma coletividade na qual, símbolos expressam valores, medos e aspirações [...].

A sociedade contemporânea tem vivido, quase de forma espontânea, uma dinamicidade quanto ao modo como as pessoas se relacionam na coletividade. Compreender como o indivíduo se conecta a determinada comunidade é inerente da análise praticada pelo Desenvolvimento Local. O sentimento de pertença, em relação à determinada localidade, diz muito, não só sobre o local, mas, também como as pessoas se sentem e em quais objetivos coletivos elas comungam.

1.5 CAPITAL HUMANO E CAPITAL SOCIAL

Considerando o contexto em que o capitalismo e as relações mercantilistas ditam muitas regras que se espraiam na sociedade, dificulta a apresentação do capitalismo enquanto algo intangível e de grande valor a partir da união de uma comunidade, das relações interpessoais que geram e reafirmam à solidariedade e o pertencimento em determinado local.

Nos estudos referentes ao Desenvolvimento Local é comum que se considere o capital humano e o capital social. Tais temáticas assumem fundamental importância uma vez que se parte da premissa de que as pessoas e o local possuem um valor imensurável e rico em potencialidades

O conceito de capital humano foi construído ao longo dos anos, sendo incrementado e adaptado por estudiosos como Theodore W. Schultz, Gary Becker, Richard Crawford, dentre outros (DAVENPORT, 1999). No aporte de Sandrini (*apud* MORETTO, 1997, p. 41):

Capital humano é o conjunto de investimentos destinados à formação educacional e profissional de determinada população. [...] O termo é utilizado também para designar as aptidões e habilidades pessoais que permitem ao indivíduo aferir uma renda. Esse capital deriva de aptidões naturais ou adquiridas no processo de aprendizagem. Nesse sentido, o conceito de capital humano corresponde ao de capacidade de trabalho.

Entende-se que o capital humano é basilar para que se possa analisar uma comunidade, pois parte do individual para o coletivo. As aptidões de cada indivíduo, suas experiências, vivências, características que, embora, geralmente, estejam vinculadas ao campo do trabalho também impactam na vida em sociedade.

É fundamental compreender a importância do capital social e sua representação na comunidade, pois, segundo Newton, (2001, p. 117), ele, o capital social, se constitui em “[...] valores e atitudes que influenciam como as pessoas se relacionam entre si. Inclui confiança, normas de reciprocidade, atitudes e valores [...]” que, em uma comunidade, faz toda a diferença, sendo positivo quando ele está presente ou a tornando frágil na ausência do capital social.

Abordar temas como o capital social e a comunidade é o mesmo que mergulhar em diferentes mares. Cada local tem suas características e suas dinâmicas sociais. O capital social, assim como os lugares, possui suas peculiaridades, podendo evoluir conforme o hábito de seu uso, ou seja, conforme as pessoas fortalecem a solidariedade, confiança e a cooperação o capital social desse local cresce gradativamente, por isso, é considerado subjetivo. No aporte de Schiavo e Moreira (2005), entende-se por capital social:

A malha de valores, princípios, habilidades, atitudes práticas e relações que contribuem para o desenvolvimento de um indivíduo, grupo social ou instituição. Refere-se aos diversos laços interpessoais e inter-institucionais que promovem o crescimento individual e coletivo.

As relações interpessoais estão relacionadas ao capital social. Outra característica fundamental para o Desenvolvimento Local é o sentimento de pertencer a determinado grupo de pessoas, que contribui para o fortalecimento do indivíduo e sua identidade (MILANI, 2006).

Os aportes teóricos utilizados no Desenvolvimento Local lançam um novo olhar para as discussões que concernem ao “desenvolvimento”. Constatase que o desenvolvimento econômico e/ou industrial serve, somente, como uma “cortina” que “garante” o melhor para determinada população, porém, quando “descoberta” encontra-se inúmeros indivíduos que sofrem os “efeitos colaterais” deste desenvolvimento que só visa o lucro e seu crescimento econômico.

A necessidade de muitos indivíduos não deve ser resumida a aquisição de um subemprego. Frequentemente observa-se a exploração destes realizada por grandes empresas, que vendem a ideia de que somente o “desenvolvimento industrial” basta. Esse discurso, muitas vezes, os torna mais condicionados ao desenvolvimento de um grande empresário do que seu crescimento pessoal e comunitário. O referencial do Desenvolvimento Local, apresentado acima, serve como alerta para um desenvolvimento humano e coletivo, emancipador, desabrochador e não apenas imediatista e individualista.

É preciso pensar em Desenvolvimento Local como um todo e ao mesmo tempo como singular. É partir do micro para o macro, de forma capilarizada, que cresce horizontalmente e não verticalmente, de modo que todos estejam interagindo e contribuindo para que o desenvolvimento passe pelas mãos de todos para todos.

2 A ASSISTÊNCIA SOCIAL NO BRASIL

A assistência social brasileira esteve relacionada, durante muitos anos, à benesse, caridade, filantropia, enquanto mecanismo utilizado pelo sistema capitalista. Ficava a cargo das famílias burguesas “ajudar” o mais necessitado, com o objetivo de “apaziguar” revoluções ou manifestos sociais em prol da coletividade proletariada e menos abastada. Devido a essa trajetória distorcida da assistência social, muitos ainda não a enxergam como um fenômeno social que merece um olhar da comunidade científica (PEREIRA, 2008).

A assistência social, no passado, antes de se tornar uma política pública, passou por momentos mais paternalistas, com ações direcionadas para a resolução de conflitos de modo imediatista, que acabou por contribuir para o clientelismo, ocasionando uma contradição nas práticas socioassistenciais que acabavam por enviesar para o assistencialismo.

Após essa fase, a assistência social brasileira passou a ser reconhecida como um direito do cidadão e constituída como política pública que tem como foco garantir os direitos sociais e proporcionar aos usuários bens e serviços que contribuem para seu protagonismo e autonomia, sem que haja dívida para com o Estado pelo serviço prestado. Já o assistencialismo, condiciona o “ajudado” a lhe dever um favor pelo “auxílio” concedido, uma dívida por certo ao intermediador (SPOSATI, 1993).

É preciso compreender a historicidade da assistência social, as transformações ocorridas nos âmbitos das políticas públicas e sociais, a influência da economia, as diversas questões sociais, desigualdades e a busca de uma política de assistência social que, em meio a heterogeneidade, valorize o direito do cidadão.

Na perspectiva de compreender como a Política de Assistência Social foi construída e se desenvolve, o capítulo que segue, busca apresentar o caminhar histórico da assistência social brasileira, com ênfase na territorialidade e na participação para posterior correlação com o Desenvolvimento Local. Considerando que instituição estudada integra a rede socioassistencial atuando na Proteção Social Básica.

2.1 A POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL BRASILEIRA

As discussões que envolvem a assistência social no Brasil mostram o quanto ela conseguiu organizar-se e sistematizar-se, especialmente, após a ditadura militar. Tratava-se de um momento propício para a consolidação da política de assistência social enquanto protagonista da emancipação da massa proletariada, com garantia dos direitos sociais.

O resultado de muitas lutas para a construção de uma política de assistência social no Brasil começa a ter resultado após a promulgação da Constituição Federal de 1988, (CF/88), a conhecida “Constituição Cidadã”. Na Constituição, a assistência social passou a integrar o tripé da seguridade social brasileira: assistência social, saúde e seguridade social.

A CF/88, Art. 203, reconhece a assistência social como direito do cidadão, garantindo que “a assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social” (BRASIL, 1988). Na sequência, o Art. 204, sinaliza uma importante meta a ser alcançada, as especificidades que deverão ser seguidas na política de assistência social, demonstrando, assim, que o Estado reconhece a necessidade de uma política específica de assistência social.

O reconhecimento do estado da assistência como um direito do cidadão, ratifica o significado de que a assistência social não deve ser mais confundida com o favor, ou uma ajuda do Estado, mas, como um direito do cidadão brasileiro, a ser garantido. A assistência social iniciou um processo de abstenção do sentido de “manifestação fenômica de atenção compensatória e emergencial aos pobres” (PEREIRA, 2008, p. 37).

Cinco anos após o reconhecimento da Assistência Social como direito do cidadão e dever do Estado pela CF/88, foi criada a Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), sancionada pela Lei Federal nº 8.742 em dezembro de 1993, pelo então presidente Itamar Franco, que estabelece as normas e critérios para organização da assistência social.

É importante inferir que a LOAS, por surgir em um período pós-ditatorial, foi elaborada com o objetivo de ser uma lei que se fizesse chegar, não só aos técnicos que atuam na assistência social, mas, também, aos usuários de uma política pública de assistência social que estava para surgir (SPOSATI, 2004). A LOAS deveria ter

um caráter pedagógico sobre a assistência social, de modo que dialogasse, com clareza, com a população atendida, inclusive, ao que cerne a avaliação e deliberação de ações e serviços socioassistenciais (SPOSATI, 2004).

As discussões acerca da assistência social no Brasil seguem rumo a sistematização dos serviços socioassistenciais no país. A assistência social brasileira, após ser executada durante muitos anos com ações dispersas e adaptadas a realidade de cada local, muitas vezes sem seguir parâmetros de atuação, impacto social, e instrumentalidade dos serviços, eleva-se para um patamar almejado quando é criada a Política Nacional de Assistência Social – PNAS. Mediante a Resolução do Conselho Nacional de Assistência Social nº 145 em 15 de outubro de 2004, a PNAS foi publicada no Diário Oficial da União em 28 de outubro de 2004 (PNAS, 2004).

A constituição da Política Nacional de Assistência Social traz, para o país, conquistas e desafios que são considerados uma revolução na proteção social brasileira, tendo em vista que, também, deverão ser rompidas as barreiras culturais do assistencialismo e paternalismo, utilizados por muitos anos como mecanismos de manipulação da massa (PEREIRA, 2008).

A PNAS (2004) foi a responsável por organizar os níveis de proteção social no Brasil em dois grandes eixos. Estes, se dividem em Proteção Social Básica e Proteção Social Especial de Média Complexidade e Alta Complexidade. Tais níveis de proteção integram o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), que passa a sistematizar e descentralizar os serviços socioassistenciais no território nacional.

A Proteção Social Básica tem como finalidade atuar na prevenção e proteção dos usuários em situações que os exponham a situações de riscos sociais, conforme estabelece a PNAS:

A proteção social básica tem como objetivos prevenir situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Destina-se à população que vive em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, privação (ausência de renda, precário ou nulo acesso aos serviços públicos, dentre outros) e, ou, fragilização de vínculos afetivos – relacionais e de pertencimento social (discriminações etárias, étnicas, de gênero ou por deficiências, dentre outras) (BRASIL, 2005, p. 35).

Os serviços oferecidos pela Proteção Social Básica objetivam fortalecer o vínculo do usuário com a família e sua comunidade, garantir o acesso a bens e serviços com o foco preventivo.

Para diferenciar a Proteção Social Básica da Proteção Social Especial é preciso ponderar que, por muitos anos no Brasil, os indivíduos que se encontravam em estado de vulnerabilidade mais grave, a exemplo de moradores de rua, abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes e pessoas com deficiências abandonadas pelas suas famílias, eram destinados às instituições de abrigamento de longa permanência. Muitas dessas pessoas passavam a vida toda nessas instituições por não conseguirem resgatar seu protagonismo, fortalecer o vínculo com suas famílias e/ou ter acesso a bens e serviços públicos efetivos que lhes tirassem de situações de exclusão social.

A Política Nacional de Assistência Social – PNAS-2004 define a proteção social especial como sendo:

A proteção social especial é a modalidade de atendimento assistencial destinada a famílias e indivíduos que se encontram em situação de risco pessoal e social, por ocorrência de abandono, maus tratos físicos e, ou, psíquicos, abuso sexual, uso de substâncias psicoativas, cumprimento de medidas sócio-educativas, situação de rua, situação de trabalho infantil, entre outras (BRASIL, 2004. p. 37).

Como forma de especificar os usuários a serem atendidos pela Proteção Social Especial, esta, dividiu-se em dois núcleos. Trata-se da Proteção Social Especial de Média Complexidade e Proteção Social Especial de Alta Complexidade. As pessoas que se encontram em risco social e pessoal, cujo vínculo familiar e comunitário ainda exista, embora que enfraquecidos, são demandatários da Proteção Social Especial de Média Complexidade. Os indivíduos que já passaram por situações de violações de direitos e que se encontram sem vínculo com a família e comunidade, em estado de exclusão social, são demandatários da Proteção Social Especial de Alta Complexidade.

Para atender aos usuários dos serviços socioassistenciais, a Política Nacional de Assistência Social organiza os métodos de gestão e institui o pacto federativo, este, articula todos os envolvidos no gerenciamento da assistência social, em níveis federais, estaduais e municipais. A criação de uma Política Nacional de Assistência

Social brasileira resultou em um salto imensurável na busca pela efetivação dos direitos sociais dos usuários, pois, ao estabelecer os níveis de proteções, sistematizaram-se os serviços a serem executados tanto na prevenção de situações de riscos e estado de vulnerabilidades sociais no atendimento de indivíduos com os direitos violados e/ou vínculos familiares e comunitários fragilizados e rompidos.

Um dos aspectos, de merecido destaque na PNAS (2004), são as questões que envolvem a territorialidade, participação e controle social, objetivando fortalecer a gestão local e considerar suas potencialidades. Cabe registrar que “o poder das cidades, o poder local é uma realidade ainda em construção nos países latino-americanados” (SPOSATI, 2008). A assistência social já começou a caminhar para a gestão com um enfoque mais aprofundado no local, construindo um novo modelo de gestão.

No percurso de organização da assistência social no Brasil a Norma Operacional Básica da Assistência Social, (NOB SUAS/2005), foi estabelecida pela Resolução n.130 CNAS em 15/07/2005, tendo como objetivo ajustar e organizar o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) no território brasileiro. Assim, foram estabelecidos instrumentos de gestão, a exemplo do plano de ação da assistência social, com as questões que envolvem financiamentos. Pode-se dizer que esta norma está relacionada às bases de gestão da política de assistência social.

Segundo a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social, o SUAS é um “sistema público não-contributivo, descentralizado e participativo que tem por função a gestão do conteúdo específico da Assistência Social no campo da proteção social brasileira” (BRASIL, 2004. p. 86).

Para a implementação do SUAS, aspectos importantes da gestão são apontados como fundamentais: a descentralização, o financiamento, o controle social e a gestão do trabalho. É necessário ter a correlação de que o “SUAS materializa o conteúdo da LOAS, cumprindo no tempo histórico dessa política as exigências para a realização dos objetivos e resultados esperados” (BRASIL, 2004, p. 39), ou seja, demonstra a concretização de uns dos caminhos apontados na LOAS.

Rumo a organização do Sistema Único de Assistência Social brasileiro, em 13 de dezembro de 2006, foi publicada no Diário Oficial da União, por meio da resolução nº 269, a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social – NOB-RH. Essa resolução apresenta os técnicos e

sujeitos envolvidos na área da assistência social, desde a gestão ao atendimento, seja atuando diretamente no Estado, organizações da sociedade civil que compõem a rede socioassistencial, conselhos da assistência social, dentre outros.

A Deliberação da VI Conferência Nacional de Assistência Social Tipificar e Consolidar a Classificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, de 2007, foi importante para a criação e desenvolvimento da Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, de novembro de 2009, sob a Resolução nº 109 do Conselho Nacional de Assistência Social.

A Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais conduz a assistência social a mais uma mudança, avançando na padronização dos serviços prestados pela assistência social organizados em níveis de proteção, conforme estabelecido pela PNAS.

2.2 A TERRITORIALIDADE E A PARTICIPAÇÃO NA ASSISTÊNCIA SOCIAL

A assistência social no Brasil passou por diferentes fases de desenvolvimento das metodologias e serviços, até que se tornasse um direito do cidadão a ser garantido pelo Estado e se estabelecedo como política pública. Dos serviços assistenciais ofertados à população, de modo aleatório e imediatista, que muitas vezes eram utilizados enquanto mecanismos de manipulação do usuário, para serviços socioassistenciais garantidos e sistematizados no Sistema Único de Assistência Social foi uma longa trajetória.

A Política de Assistência Social, assim como as teorizações do Desenvolvimento Local, defendem a perspectiva de atuar conhecendo a territorialidade dos usuários, de modo que as ações não sigam uma padronização apenas e não sejam desenvolvidas em todos os lugares da mesma forma. No mesmo sentido, é inerente a participação de forma interativa e democrática dos usuários da assistência social e atores envolvidos de modo que garanta que tal política pública não seja manipulada como outrora, tão pouco fomentem o clientelismo.

2.2.1 A territorialidade na assistência social

A sistematização e organização dos serviços socioassistenciais no Brasil ficaram mais evidenciados após a implantação da Política Nacional de Assistência

(PNAS) e Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Com o enfoque no usuário e com a preocupação em criar mecanismos que respeitem a singularidade dos indivíduos e sua realidade local, a territorialidade e a participação tiveram maior notoriedade, seguindo a perspectiva democrática, descentralizadora e intersetorial.

A PNAS vislumbrando as realidades sociais, culturais, populacionais, econômicas locais aponta que:

Considerando a alta densidade populacional do País e, ao mesmo tempo, seu alto grau de heterogeneidade e desigualdade sócio-territorial presentes entre os seus 5.561 Municípios, a vertente territorial faz-se urgente e necessária na Política Nacional de Assistência Social. Ou seja, o princípio da homogeneidade por segmentos na definição de prioridades de serviços, programas e projetos torna-se insuficiente frente às demandas de uma realidade marcada pela alta desigualdade social (BRASIL, 2004, p. 43).

Embora a PNAS seja uma política construída a nível nacional, seus objetivos visam garantir direitos do usuário, o acesso a bens e serviços, articulação em rede que possibilite o sujeito a prevenção a riscos sociais e a quem se encontra em situação de exclusão social, sua inclusão de acordo com o nível de complexidade. Porém, as ações desenvolvidas pela instituição executora devem considerar as características do local.

Na elaboração da Política Nacional de Assistência Social, ao que concerne a territorialidade, percebe-se que foram utilizados grandes pesquisadores da área, tais como Milton Santos, Dirce Koga, Menicuci etc. os quais abordam temas relativos às questões sociais relacionadas ao território.

O fortalecimento da assistência com o enfoque territorial é apresentado na PNAS como percurso necessário para contrabalancear a fragmentação da política e direcionar a visão crítica para as questões cotidianas (BRASIL, 2004), ratificando que “o território é considerado como um dos elementos potenciais para uma nova perspectiva redistributiva possível para orientar políticas públicas” (KOGA, 2003, p. 20). Na mesma perspectiva Aldaíza Sposati acrescenta que “o poder das cidades, o poder local é uma realidade ainda em construção nos países latino-americanos” (SPOSATI, 2008, p. 04).

O enfoque territorial das políticas públicas tem muito a contribuir com o Desenvolvimento Local, respeitando suas características e garantido o direito da

população de determinada localidade. Ressalta-se que há uma “intenção” do Estado em controlar os fluxos locais e suas demandas. Pereira (2009, p.195) considera:

[...] incontestáveis a relevância do espaço e o papel do território para a reprodução do capital, gerando alterações nos perfis de políticas, que passam a ter forte caráter focalista. Ocorre, então, o que Dagnino (2000) denomina de “confluência perversa” entre dois projetos de sociedade antagônicos, com disputas pelos sentidos da descentralização político-administrativa, cidadania, participação e de direitos.

O uso do geoprocessamento na assistência social apresenta-se como mais uma ferramenta de extrema importância na gestão da Política Nacional de Assistência Social, porém há de se considerar, também, sua vinculação enquanto instrumento que pode ser utilizado pelo Estado para “controlar” e “normatizar” determinadas ações.

A partir do enfoque da assistência social na territorialidade vislumbram-se muitos caminhos e orientações para o ofertamento dos serviços socioassistenciais. Tal exemplo, que ilustra claramente esta situação, ocorre quanto a localização dos Centros de Referência da Assistência Social – CRAS, que devem estar localizados o mais próximo possível do público a ser atendido, nos bairros e pontos periféricos das cidades, nos quais a incidência de situações de vulnerabilidade social são mais frequentes.

O CRAS é um exemplo claro do enfoque territorial preconizado na Política Nacional de Assistência Social:

O Centro de Referência da Assistência Social – CRAS é uma unidade pública estatal de base territorial, localizado em áreas de vulnerabilidade social, que abrange um total de até 1.000 famílias/ano. Executa serviços de proteção social básica, organiza e coordena a rede de serviços socioassistenciais locais da política de assistência social (BRASIL, 2004. p. 35).

Cabe destacar, conforme a citação acima, a rede socioassistencial também deve ser referenciada ao CRAS da região, nesse contexto também estão inseridas as instituições não governamentais que atuam na área da assistência social, pois, embora não sejam estatais, devem atuar em rede e em conformidade com as diretrizes estabelecidas pela PNAS.

São inegáveis as várias características existentes, tanto na perspectiva do Desenvolvimento Local, quanto na atual assistência brasileira. O olhar para o local, enquanto parte das pessoas, está cada vez mais explícito, bem como a interação que existe entre o indivíduo e o local, ratificando as teorizações de Martins (2002, p. 54) quando afirma que “é no território que os fatos ganham plena significação [...]”.

2.2.2 A Participação na Assistência Social

Após anos de período ditatorial no Brasil, a participação da população na formulação e implementação de políticas públicas apresenta-se como um avanço imensurável e, anos antes, considerada uma realidade pouco provável. Esses avanços permitiram a preconização da Política de Assistência Social com o objetivo de fortalecer a relação com seus usuários sendo, desse modo, exercida efetivamente. Frente a essa realidade, este tópico, optou por apresentar como a participação é prevista na Política Nacional de Assistência Social.

Seguindo a perspectiva descentralizadora, proposta na CF/88 que organiza a gestão pública em níveis de responsabilidade compartilhada, o controle social e a participação da sociedade na administração governamental ganharam maior notoriedade e passaram a ficar mais claras nas políticas públicas.

As características de participação, descentralização e articulação ganharam força na Lei Orgânica de Assistência Social e ratificação na Política Nacional conforme apresentado:

No campo da assistência social, o artigo 6º, da LOAS, dispõe que as ações na área são organizadas em sistema descentralizado e participativo, constituído pelas entidades e organizações de assistência social, articulando meios, esforços e recursos, e por um conjunto de instâncias deliberativas, compostas pelos diversos setores envolvidos na área (BRASIL, 2004, p. 43).

Com a formulação do Sistema Único de Assistência Social, a participação e interação da população na Política Nacional de Assistência Social se dão, preferencialmente, por meio dos Conselhos e Conferências (BRASIL, 2004). Tanto os Conselhos quanto as Conferências apresentam-se como formas de controlar as ações do Estado. Porém, as conferências avaliam como o Estado tem executado a assistência social no Brasil, estado e municípios. Os Conselhos são paritários,

formados metade por representantes do governo e a outra pela sociedade civil, tendo a responsabilidade de fiscalizar os financiamentos, aprovação dos planos e orçamentos, dentre outros.

A própria PNAS percebe a participação dos usuários enquanto desafio a ser superado, fato que retoma a avaliação de como a assistência social foi tratada por muitos anos, como caridade, bondade, filantropia, ocasionado o vício do clientelismo nos usuários (BRASIL, 2004). Tais ações contribuíram para uma cultura de pouca proposição por parte dos usuários, deixando que as instituições os “representassem”.

Seguindo com o desafio de sensibilizar e fomentar a participação popular na política de assistência social, a PNAS-2004 prevê investimentos na formação, capacitação e estruturação de metodologia que consiga envolver os cidadãos enquanto atores sociais participativos, não sendo mais sub-representados (BRASIL, 2004).

A participação é prevista na Política de Assistência Social em praticamente, todas as instâncias, desde a elaboração e implementação da política ao gerenciamento dos recursos e fundos da assistência social em âmbito nacional, estadual e municipal objetivando romper com o poder de decisão centralizador do Estado.

No Sistema Único de Assistência Social a participação tem merecido destaque, fazendo parte dos eixos estruturantes de gestão, constando no item “I” como “participação popular/cidadão usuário” (BRASIL, p. 87). Ressalta-se que o sentido de participação na assistência social não se restringe às pessoas da sociedade civil, mas a participação dos municípios e estados federados nas tomadas de decisão.

Embora a atual assistência social brasileira tenha traçado estratégias para incluir a população nos processos decisórios, o controle social e maior interação com as tomadas de decisão do Estado é algo que ainda está em construção. Não há como negar o passado em que a assistência era tratada em muitas ocasiões como um favor ou “ajuda”. Porém, é necessário considerar que “o trânsito das responsabilidades do campo individual para o público/social pode se dar pela via do incremento do paternalismo ou pela conquista dos direitos sociais” (SPOSATI, 2003, p. 31).

2.3 A TIPIFICAÇÃO NACIONAL DOS SERVIÇOS SOCIOASSISTENCIAIS

O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, (MDS), em 25 de novembro de 2009, publicou no Diário Oficial da União, a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais. A resolução sistematiza todos os serviços oferecidos pelo Sistema Único de Assistência Social (SUAS) em âmbito estatal e não governamental. Essa resolução apresenta-se como um marco para a política de assistência social, pois, a partir daquele momento, os serviços socioassistenciais são ofertados de modo padronizado em todo o território nacional.

A publicação da Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais em 2009 coordenada pelo Conselho Nacional de Assistência Social causou imenso impacto nas instituições prestadoras de serviços na área da assistência social em todo o território nacional. Esse documento deixa claro quais as atividades pertinentes à assistência social, não deixando brecha para atividades anteriormente executadas em caráter educacional, esportivo, cultura e de saúde, até então descritos como atribuição da assistência social.

Devido às diversas instituições que deveriam se readequar para atender a Tipificação, acima referidas, as Secretarias de Assistência Social Municipais e Conselhos Municipais de Assistência Social divulgaram às instituições credenciadas com serviços assistenciais sobre as novas demandas, disponibilizando cursos e assessoria sobre esse novo documento. Em vista desse fato, muitas instituições já estão conscientes de que o atendimento dos usuários da assistência social não deve ser assistencialista, mas, de modo que garanta e faça valer os direitos dos usuários desses serviços. Entretanto, muitas instituições ainda não mensuraram a necessidade de se focar no protagonismo das pessoas, para não impactar de forma negativa no desenvolvimento não só dos usuários, mas de todo seu entorno.

A Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais segue as normativas da PNAS – 2004 e SUAS que classificam os níveis de proteção social em proteção social básica e proteção social especial de média complexidade e proteção social especial de alta complexidade. Sendo separados os serviços pelos níveis de proteção, conforme abaixo (BRASIL, 2009, p. 03):

I - Serviços de Proteção Social Básica:

- a) Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF);
- b) Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos;
- c) Serviço de Proteção Social Básica no domicílio para pessoas com deficiência e idosas.

II - Serviços de Proteção Social Especial de Média Complexidade:

- a) Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI);
- b) Serviço Especializado em Abordagem Social;
- c) Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida (LA), e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC);
- d) Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias;
- e) Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua.

III - Serviços de Proteção Social Especial de Alta Complexidade:

- a) Serviço de Acolhimento Institucional, nas seguintes modalidades:
 - abrigo institucional;
 - Casa-Lar;
 - Casa de Passagem;
 - Residência Inclusiva.
- b) Serviço de Acolhimento em República;
- c) Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora;
- d) Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e de Emergências.

O grande diferencial da tipificação para a PNAS e SUAS é a sistematização de cada serviço, definindo o que cabe a assistência social, quais são os serviços. Esse processo ratifica a importância da avaliação por meio de indicadores sociais e da qualidade dos serviços e a busca constante em identificar novos demandatários da assistência que até então não tinham seus direitos reconhecidos (BRASIL, 2009).

De modo a alinhavar as nomenclaturas e objetivos dos serviços e ações a tipificação apresenta os aspectos a serem considerados da seguinte forma:

Tabela 01: Matriz padronizada para fichas de serviços socioassistenciais

NOMENCLATURA	DEFINIÇÃO
1 - Nome do Serviço	Termos utilizados para denominar o serviço.
2 - Descrição	O que é este serviço.
3 – Usuários	Destinatários a quem se destinam as atenções.
4 – Objetivos	Propósitos do serviço e os resultados que dele se esperam.
5 – Provisões	O que é necessário ter para que esse serviço funcione.
6 - Aquisições dos Usuários	Trata dasseguranças sociais que serão produzidas aos seus usuários.
7 - Condições e Formas de Acesso	Procedência dos (as) usuários (as) e formas de encaminhamento.
8 – Unidade	Equipamento recomendado para a realização do serviço socioassistencial.
9 - Período de Funcionamento	Horários e dias da semana abertos ao funcionamento para o público.
10 – Abrangência	Referência territorializada da procedência dos usuários e do alcance do serviço.

11 - Articulação em Rede	Indica a conexão de cada serviço com outros serviços, programas, projetos e organizações dos Poderes Executivo e Judiciário e organizações não governamentais.
12 - Impacto Social esperado	Trata dos resultados e dos impactos esperados de cada serviço e do conjunto dos serviços conectados em rede socioassistencial.
13 – Regulamentações	Remissão a leis, decretos, normas técnicas e planos nacionais que regulam benefícios e serviços socioassistenciais e atenções a segmentos específicos que demandam a proteção social de assistência social.

Fonte: Elaboração própria em adaptação aos dados obtidos na Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais (BRASIL, p. 04)

As nomenclaturas expostas no início da tipificação demonstram que esta foi pensada para desmistificar os serviços, características, ações, ambientes e objetivos de cada atividade socioassistencial, buscando padronizar os serviços em âmbito nacional de modo técnico e de fácil compreensão.

Importante sinalizar que a publicação da tipificação resultou em uma série de capacitações promovidas pelos conselhos municipais de assistência social, secretarias de assistência social, fóruns e debates que ocorreram para capacitar e atualizar tanto os técnicos em âmbito estatal quanto não governamental.

Acredita-se que a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, embora relativamente nova, possui objetivos que são correlatos às teorias do processo de Desenvolvimento Local, ou seja, tem como foco o desenvolvimento humano, a valorização das potencialidades locais, atuação e articulação em rede.

3 TERCEIRO SETOR E ASSISTÊNCIA SOCIAL

É imprescindível compreender a historicidade e como as organizações da sociedade civil foram conquistando espaço de atuação e ampliando as oportunidades a tantas pessoas que estavam à margem de atendimentos de determinados serviços. Destaca-se, ainda, que, no Brasil, existe um *déficit* de informações e análises acerca do terceiro setor, se comparado a países europeus (COELHO, 2000).

Na área da assistência social, quando se aborda a atuação do terceiro setor na prestação de serviços sócioassistenciais, é de grande importância compreender que as instituições que o compõem fazem parte da rede socioassistencial, isto é, são instituições que contribuem para a efetivação do SUAS no atendimento em complementariedade aos serviços ofertados pelo Estado.

O presente capítulo apresentará as definições e um breve histórico acerca da construção do terceiro setor no cenário brasileiro e apontamentos desse segmento na área da assistência social.

3.1 A CONSTRUÇÃO DE UM NOVO SEGMENTO

A nomenclatura Terceiro Setor, (TS), é, relativamente, nova. O que se conhece por instituições e organizações da sociedade civil organizada, fundações, associações e institutos que atuam nas diversas áreas passaram por vários processos até que se assumissem a nomenclatura que carregam hoje. Porém, quando busca-se na memória instituições que há muitos anos auxiliaram em causas sociais, é quase espontânea a visualização de igrejas e casas de misericórdia que desenvolviam ações de filantropia e caridade.

As associações, igrejas e instituições de caridade tiveram grande representatividade durante muitos anos no Brasil, havendo registros que datam do início do século XX. O atendimento de pessoas que eram conhecidas como “carentes” e “necessitadas”, que não eram atendidas pelo Estado, especialmente nas áreas da saúde e educação (FERNANDES, 1997). Na década de 1930, com a

instituição do bem-estar social concedido pelo Estado através do governo de Getúlio Vargas, muitas instituições iniciaram suas práticas de cunho social, inclusive sendo reconhecidas como utilidade pública (GARAY, 2003).

A partir do momento em que o Brasil começa a vivenciar a democracia, percebeu-se uma reorganização nos serviços prestados pelas entidades, tanto as que desenvolviam atividades de cunho assistencialista quanto as que caminhavam para a luta da garantia dos direitos de determinada demanda. Porém, cabe registrar, que um dos motivos que impulsionaram a mobilização das organizações da sociedade civil foi a instauração do período ditatorial. Assim, durante esse período, ocorreram diversas manifestações contra o regime da ditadura. (THOMPSON, 1997).

Na contribuição de Landim (2001), ao que cerne a atuação inicial das ONG's, baseava-se “justamente na distinção, sempre reafirmada por práticas e crenças, com relação a essa e outras formas de ação e organização, nos campos político, social e religioso, que se foi construindo a identidade peculiar das ONGs” (2001, p.6).

Segundo Moreira (2008, p. 55), “[...] as Organizações Não Governamentais, as quais compõem o Terceiro setor, estavam ligadas à igreja, como é o caso das Santas Casas de Misericórdia que, por décadas, têm desenvolvido louvável trabalho na área de saúde [...]”, ratificando assim sua origem assistencialista.

Algumas instituições da sociedade civil organizada mudaram de perspectiva, caminhando para sair do viés assistencialista e a lutar em prol do avanço das políticas públicas, garantia de direitos, defesa do meio ambiente, dentre outros. Tais mudanças são fortemente influenciadas nos anos 1990 pelos movimentos que visam a sustentabilidade do meio ambiente após a ECO-92 e conferências em prol desta causa, momento este, que destaca a iniciativa da sociedade civil, frente a negligência do Estado (AMARAL; COSAC, 2009).

As forças injetadas pelas organizações da sociedade civil também passaram a contar com o apoio de muitos empresários ao que se refere o financiamento das ações sociais desenvolvidas pelas instituições (AMARAL e COSAC, 2009). A partir do momento em que as ONG's começaram a ter notoriedade, ao que cerne a

responsabilidade social e a cidadania, as empresas passaram a financiar instituições que desenvolvem projetos sociais. Muitas com o objetivo de contribuir em causas sociais, porém, grande parte foi motivada pelas reduções fiscais e marketing.

O modo como às instituições, que compõem o terceiro setor, surgiram no Brasil demonstra sua contribuição nos movimentos sociais e na reivindicação de políticas públicas capazes de oferecer serviços à população de melhor qualidade, até passar a ofertar determinados serviços. Essa mudança, de reivindicador de serviços para o Estado para prestador de serviços, traça uma nova perspectiva de atuação das ONG's, evidenciando um novo processo.

Assim, após todas as modificações instauradas, os movimentos sociais suscitados pelas ONG's passaram a fazer parte do cotidiano social, porém, em pleno anos 1980 a novidade era os “movimentos ecológicos, das mulheres, etc., referia-se a uma outra ordem de demanda, relativa aos direitos sociais modernos, que apelam para a igualdade e a liberdade nas relações de raça, gênero e sexo” (GOHN, 2003, p.26).

3.2 CONCEITOS E CARACTERÍSTICAS DO TERCEIRO SETOR

Ao longo da história da humanidade pode-se notar que em vários períodos houve instituições e/ou grupos de pessoas que trabalhavam em prol de outros indivíduos e/ou determinadas causas, sem custo algum, com olhar assistencialista e caritativo. Em diferentes épocas, tais atividades tiveram e ainda têm diversos nomes; caridade ou ajuda, filantropia, organização de movimentos sociais, ONG's, sociedade civil organizada, dentre outras, mas, é preciso caracterizar Terceiro Setor. O item que segue objetiva, discutir esta inquietação.

A denominação Terceiro Setor (TS) não é nova, porém, não é tão antiga quanto se pensa. Essa expressão acompanha a eclosão dos movimentos da sociedade civil organizada e surgiu, inicialmente, em meados de 1980 a 1990, disseminada pelos pesquisadores americanos Lester Salamon e Johns Hopkins (AMARAL e COSAC, 2009).

Segundo Amaral e Cosac, (2009), a expressão Terceiro Setor vem da economia e fundamenta-se na necessidade em englobar várias iniciativas e fontes. Para Camargo (2002), o principal objetivo do Terceiro Setor é lutar contra a cultura centralizadora do estado, propiciando uma integração e compartilhando a oportunidade de resolver determinados problemas sociais com a sociedade civil organizada.

Francisco Paulo de Melo Neto e César Froes (1999, p. 05), contribuem a respeito do surgimento do termo terceiro setor e, para tanto, afirmam:

A definição de Terceiro Setor surgiu já na primeira metade do século, nos Estados Unidos. Ele seria uma mistura dos dois setores econômicos clássicos da sociedade: o público, representado pelo Estado, e o privado, representado pelo empresariado em geral.

Assim, percebe-se que as ONG's têm buscado romper com o caráter assistencialista e clientelista de sua origem. Ainda, que o assistencialismo seja rotulado de uma estratégia que não permite autonomia ao usuário, deve-se considerar o fato de que, naquele período, essa era a única forma conhecida para que houvesse uma contribuição para melhoria da condição das pessoas que se encontravam em vulnerabilidade. A filantropia, assistencialismo, caridade, tiveram sua importância em determinados contextos, contudo, com as novas concepções apontando para a garantia de direitos, tais ações caminham para uma perspectiva emancipadora, porém deve-se a um longo processo histórico. Nesse sentido Simone de Castro Tavares Coelho (2002, p. 23) aponta que:

O terceiro setor brasileiro sofreu uma mudança em seu perfil como resultado de uma soma de fatores: do próprio processo de democratização; da influência de um processo mundial em que essas organizações passaram a ser valorizadas como atores políticos; do surgimento de organizações fundadas com base na defesa de valores democráticos que acabaram influenciando o setor como um todo.

A contribuição de Coelho (2002) expõe dois importantes fatores que influenciaram nesse processo de mudança de perspectiva das entidades do terceiro setor. Ambos, tanto o processo de democratização quanto seu papel de ator político, devem ser considerados nas discussões referentes a nova configuração do terceiro setor. Esses dois pontos se influenciam mutuamente e podem contribuir, ou não,

para que se prevaleçam os valores de engajamento social e interação dos indivíduos nas instituições.

A presente pesquisa comunga com Carlos Montaño (2003, p. 14), ao considerar o terceiro setor como “um fenômeno que envolve um número significativo de organizações e instituições – organizações não-governamentais (ONG’s), sem fins lucrativos (OSFL), instituições filantrópicas, empresas ‘cidadãs’, entre outras – e sujeitos individuais – voluntários ou não”.

É muito importante ressaltar que o terceiro setor surgiu da sociedade civil organizada, se comprometeu e articulou forças, uniu interesses comuns para assistir a uma determinada questão social que não contemplava a demanda por meio das políticas públicas. Inúmeras associações de moradores de bairros e projetos sociais foram criadas para colaborar com o desenvolvimento daquele local, classe ou ideal.

Percebe-se a relevância do Terceiro Setor em projetos que visam o desenvolvimento comunitário, atendimento nas áreas da saúde, educação, assistência social, garantia de direitos, habitação, enfim, na execução dos objetivos dispostos no estatuto e missão das instituições. Nesse sentido, existe uma linha muito tênue entre o papel do Estado e o papel da sociedade organizada.

É importante ressaltar que a terminologia Organização não Governamental (ONG) é utilizada no campo da informalidade, “o que existe é uma compreensão coletiva, inclusive de doutrina jurídica, de que ONG’s (sic) são às entidades às quais as pessoas se vinculam por identificação pessoal e/ou profissional” (PESSOA e ROCHA, 2003, p. 156). Porém, cabe sinalizar que o termo ONG surgiu em meados de 1940, sendo utilizado pela Organização das Nações Unidas (ONU), que designava o sentido de “desenvolvimento de comunidade” (GOHN, 2003).

3.3 A ATUAÇÃO DO TERCEIRO SETOR NA ÁREA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

O contexto social brasileiro mudou drasticamente após a Constituição Federal de 1988, ocorreram avanços inegáveis após décadas de atraso, em especial na área da assistência social, após ser reconhecida como um direito do cidadão e dever do Estado. Porém, reconhecendo esse direito, o Estado necessita atender esta população demandatária dos serviços socioassistenciais e, com a evidente falta de

tais serviços, as instituições do terceiro setor ganham espaço de atuação nas questões sociais.

As experiências adquiridas com os movimentos ambientalistas da década de 1970 a 1990 caminharam para um novo patamar, foca-se em temas como a cidadania, garantia de direitos e proposições nas políticas públicas. Essa nova mudança se torna evidente quando se avalia a queda no engajamento das ONG's em fomentar movimentos sociais na década de 1970 e 1980 para reivindicação de direitos junto ao estado após o Brasil assumir o regime democrático. A partir deste momento as entidades do terceiro setor passaram a ofertar determinados serviços, estabelecendo uma relação mais próxima com o Estado e reposicionando as pessoas que antes atuavam nos movimentos para usuários dos serviços (MONTAÑO, 2002).

Não muito raro, as situações de vulnerabilidades sociais, exclusão e as mais diversas formas de mazelas e violação de direitos têm se manifestado por meio das questões sociais. Ante a esta realidade é notória a quantidade de organizações da sociedade civil que ofertam serviços a usuários que o Estado não tem conseguido atender, assim, integrando a rede socioassistencial.

De modo a vislumbrar a atuação na assistência social das entidades componentes ao Terceiro Setor, enquanto integrantes da rede socioassistencial, cabe compreender a definição de rede socioassistencial apresentada como:

[...] um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, que ofertam e operam benefícios, serviços, programas e projetos, o que supõe a articulação entre todas estas unidades de provisão de proteção social, sob a hierarquia de básica e especial e ainda por níveis de complexidade (BRASIL, 2005, p. 94).

É inerente entender que as ONG's, integrando a rede de atendimento, contribuem com a diversidade e maior alcance territorial dos serviços da assistência social, acolhendo os usuários que necessitam de acesso aos serviços socioassistenciais.

Segundo pesquisa realizada em 2010 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) constatou-se que no país havia 290,7 mil Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos. As Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos que atuam na área da assistência social totalizaram aproximadamente 30.000 instituições.

Em Mato Grosso do Sul, o total de Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos que atuam na área da assistência social chegou a 177 e concentram-se em cinco cidades, segundo o IBGE, demonstradas no quadro abaixo, relacionando o quantitativo de entidades por cidade:

Tabela nº 03: Quantitativo de instituições que atuam na área de Assistência Social em Mato Grosso do Sul.

CIDADE	QUANTIDADE INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS QUE ATUAM NA ASSISTÊNCIA SOCIAL
Campo Grande	115
Corumbá	17
Dourados	26
Ponta Porã	6
Três Lagoas	13
Total de Instituições que atuam na assistência Social	177

Fonte: Elaboração Própria a partir de dados obtidos Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE 2010.

O quadro acima demonstra o total de instituições sem fins lucrativos no estado de Mato Grosso do Sul, na área da assistência social. Cabe destacar que para uma entidade ser considerada de assistência social em âmbito legal deve estar em conformidade com o Artigo 3º da LOAS/93 que estabelece: “Consideram-se entidades e organizações de assistência social aquelas que prestam, sem fins lucrativos, atendimento e assessoramento aos beneficiários abrangidos por essa lei, bem como as que atuam na defesa e garantia de seus direitos” (BRASIL, 1993, p. 03).

No item anterior, que discorre sobre a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, percebeu-se que esta resolução contempla parte das instituições, que são as consideradas prestadoras de serviços de assistência social. Já a Resolução Nº 27, de 19 de Setembro de 2011, caracteriza as ações de assessoramento e defesa e garantia de direitos no âmbito da Assistência Social, insere as instituições que compõem o conjunto das ofertas e atenções da Política de Assistência Social na defesa de direitos. Assim, evidenciando as duas possibilidades de atuação das organizações da sociedade civil na Política de Assistência Social.

É primordial destacar que a Política Nacional de Assistência Social (PNAS) propõe uma gestão descentralizada, conforme sinalizado pela Lei Orgânica de Assistência Social, nesse contexto, é previsto o co-financiamento tanto das atividades desenvolvidas pela esfera governamental quanto não governamental (BRASIL, 2004).

Para que as organizações da sociedade civil componham a rede socioassistencial suas atividades deverão estar conforme estabelecida pela LOAS de 1993, com a atualização da Lei n.12.435/11. É necessário que estejam inscritas no Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS). A LOAS dispõe no artigo 9º que “[...] o funcionamento das entidades e organizações de assistência social depende da prévia inscrição no respectivo Conselho Municipal de Assistência Social [...]” (BRASIL, 1994, p. 05).

A atual assistência social brasileira tem alcançado grandes conquistas, ao que concerne a oferta de serviços de qualidade e que propiciem ações emancipatórias para os usuários da esfera estatal e não estatal. Seguindo este panorama, o Conselho Nacional de Assistência Social, (CNAS), tem sido um excelente articulador e proposito de políticas públicas socioassistenciais que visam ações descentralizadas em todo âmbito nacional. Tais ações chegam por meio da mobilização dos Conselhos Municipais às prefeituras e entidades da assistência social em lugares remotos do país na perspectiva de uma assistência social igualitária.

4 PROJETO CIRANDA: POTENCIALIDADES PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL ENQUANTO PRESTADORA DE SERVIÇO ASSISTENCIAL

No capítulo anterior, demonstrou-se a atuação expressiva de organizações não governamentais na área da assistência social, enquanto prestadoras de serviços socioassistenciais. É inegável que muitas instituições desenvolvem tais serviços com qualidade e atendem as especificidades preconizadas pelas diversas legislações que normatizam os serviços socioassistenciais. Porém, há de se considerar que muitas instituições atuam na assistência social antes da aprovação da Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, assim, desenvolviam atividades mais direcionadas para a cultura, educação, esporte, saúde do que para a assistência social.

Após a Tipificação muitas dessas instituições tiveram dificuldade em readequar seus serviços e atividades para a área da assistência social conforme os níveis de proteção e respectivas atividades.

Neste ponto deste estudo, apresentar-se-á a experiência vivida na associação para que a mesma possa se relacionar ao objeto de estudo. Este capítulo refere-se à análise dos dados obtidos na Associação de Moradores da Vila Santo Eugênio, na qual, explorou-se o desenvolvimento da assistência social na instituição, como objeto de estudo. Foram correlacionadas as potencialidades e entraves diagnosticados pela perspectiva do Desenvolvimento Local.

Desse modo, a investigação que segue, busca demonstrar que os serviços socioassistenciais podem ser desenvolvidos em conformidade com as legislações vigentes quando a comunidade compreende quais são as suas necessidades e as formas de reivindicar seus direitos mediante articulações públicas e privadas.

4.1 ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DA VILA SANTO EUGÊNIO E O PROJETO CIRANDA SOLIDÁRIA

Figura nº 01: Associação de Moradores da Vila Santo Eugênio



Fonte: Arquivos AMVSE.

A Associação de Moradores da Vila Santo Eugênio (AMVSE) é uma entidade civil privada de personalidade jurídica sem fins lucrativos. A AMVSE foi fundada em 08 de março de 1987 e, desde então, desenvolve ações e atividades direcionadas às necessidades dos moradores do bairro. Porém, sempre desenvolveu/executou, desde sua criação, ao longo dos anos, projetos que visam contribuir no desenvolvimento das crianças e adolescentes e suas famílias que moram no bairro e adjacências.

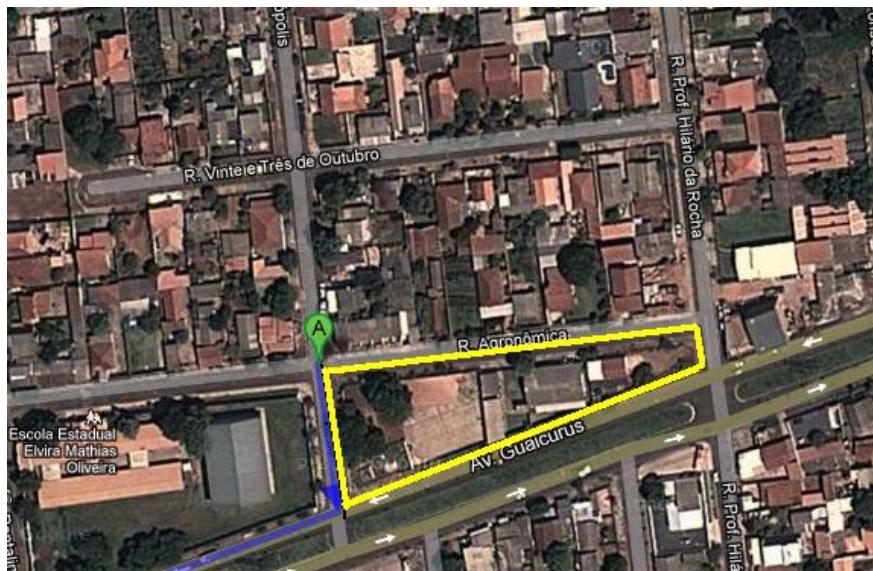
O município de Campo Grande – MS está organizado, administrativamente, em sete regiões urbanas: Região Central, Região do Prosa, Região do Segredo, Região do Anhanduizinho, Região do Imbirussu, Região do Lagoa e Região do Bandeira. A Vila Santo Eugênio localiza-se na Região do Bandeira, porém, por ser um bairro de pequeno porte, integra uma segunda divisão territorial, conhecida como parcelamento, que está inserida no bairro Universitário.

Na Região do Bandeira, segundo mapeamento apresentado no Perfil Socioeconômico de Campo Grande – MS, realizado pelo Instituto Municipal de Planejamento Urbano - PLANURB, situam-se dez escolas municipais, treze escolas estaduais, sete Unidade Básica de Saúde - UBS, uma Unidade de Pronto Atendimento – UPA, três Centros de Referência da Assistência Social – CRAS, um Centro de Convivência do Idoso, um Centro Público de Atendimento à Criança e ao Adolescente Itamaracá (PLANURB, 2012).

A Vila Santo Eugênio não dispõe de um CRAS no próprio bairro. O CRAS que atende aos moradores da Região do Bandeira é o Lili Fernandes, localizado no Jardim Moema, ao qual a AMVSE é referenciado, conforme recomendação da Política Nacional de Assistência Social.

A Vila Santo Eugênio é um bairro que dispõe de infraestrutura básica como asfalto, iluminação pública, rede de esgoto, pontos de acesso ao transporte público, praça com quadra para prática de esportes e lazer, dentre outros. O comércio na Vila Santo Eugênio e na região é diversificado, tornando possível atender a população desde aos supermercados e lojas, às tradicionais feiras de rua, que estão presente em praticamente todas as regiões da cidade.

Figura nº 02: Localização da Associação de Moradores da Vila Santo Eugênio



Fonte: Google Mapas

A figura nº 02 demonstra a localização privilegiada a AMVSE, estando próxima a Escola Estadual Elvira Mathias de Oliveira, local de estudo de muitas crianças e adolescentes que participam do Projeto Ciranda Solidária. A AMVSE possui uma área privilegiada, contando com uma quadra de futebol, caixa de areia, parquinho, além de quatro salas, cozinha e um amplo salão de festas.

O projeto Ciranda Solidária, desenvolvido pela Associação de Moradores da Vila Santo Eugênio, surgiu a partir da preocupação do presidente da instituição com o risco social que as crianças e adolescentes do bairro estavam expostos. Frente a esta realidade, foi idealizado um projeto que pudesse contribuir para o

desenvolvimento e autonomia das crianças e adolescentes, contribuindo para a prevenção da exclusão e vulnerabilidades sociais.

Os projetos desenvolvidos pela AMVSE, na maioria das vezes, são coordenados pelos presidentes, porém, ao longo destes vinte e seis anos, cada presidente realizou a gestão do projeto de acordo com seus critérios e interesses. O atual presidente da Associação está no primeiro mandato e assumiu como uma das principais atividades da AMVSE o Projeto Ciranda Solidária.

A escolha da referida instituição, enquanto objeto de pesquisa, deu-se pelo fato de ser uma entidade que presta serviços socioassistenciais, atualmente, conveniada com a Secretaria Municipal de Assistência Social (SAS), inscrita no Conselho Municipal de Assistência Social e Conselho da Criança e do Adolescente. A entidade também foi escolhida por considerar que o autor/pesquisador do trabalho atuou como assistente social na instituição e acompanhou seu processo de readequação dos serviços, conforme estabelecido pela Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais.

4.2 ATIVIDADES SOCIOASSISTENCIAIS E AÇÕES DESENVOLVIDAS PELA AMVSE – PROJETO CIRANDA SOLIDÁRIA

As atividades socioassistencias desenvolvidas pela Associação de Moradores da Vila Santo Eugênio ocorrem por meio do Projeto Ciranda Solidária que visa atender a 150 crianças e adolescentes entre 06 e 15 anos e suas famílias. O objetivo da associação é garantir os direitos sociais e acesso a bens e serviços da assistência social, fortalecer o vínculo familiar e comunitário e estimular o protagonismo das crianças e adolescentes e suas famílias.

De modo a atender as necessidades dos usuários, atualmente, as atividades seguem as normatizações estabelecidas pelo Serviço de Convivência e Fortalecimento de vínculos para crianças e adolescentes de 06 a 15 anos, especificado na Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais na Proteção Social Básica.

A AMVSE, embora atue na área da assistência social há muitos anos, até o ano de 2011, nunca havia contemplado, em seu quadro técnico, um profissional do

serviço social. Tal aspecto está relacionado com as atividades desenvolvidas antes da publicação da tipificação, que eram voltadas para o esporte e o “reforço escolar”.

Na visão do atual presidente da instituição, tais atividades também contribuíam para o desenvolvimento social das crianças, assim, essas atividades foram entendidas, pelo presidente, como atividade de assistência social. Porém, esse panorama mudou quando o Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) passou a exigir no plano de ação de atividades socioassistenciais que as atividades da instituição estivessem conforme estabelece a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais.

As exigências do CMAS, para o alinhamento das atividades socioassistenciais às entidades, foram de extrema pertinência, evidenciou-se um momento de extrema importância na assistência social brasileira, pois tornou mais claro o que cabe ou não à assistência social, em âmbito local. Na AMVSE tal exigência contribuiu, sobremaneira, na qualidade dos serviços prestados aos usuários.

A AMVSE, vislumbrando as mudanças necessárias nas atividades socioassistenciais, contratou um profissional com formação em serviço social para conduzir o re-direcionamento das atividades, conforme sinalizado na tipificação. Nesse período, a instituição contava apenas com profissionais da Educação Física, os quais desenvolviam atividades de extrema importância, porém, na área de esporte e lazer, não conseguindo alinhar suas ações com os objetivos dos serviços tipificados.

As dificuldades da instituição em planejar novas atividades e contratar novos profissionais quase culminaram no cancelamento do certificado do Conselho Municipal de Assistência Social que avalia a instituição para a execução do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos e, consequentemente, o cancelamento do co-financiamento, após visita dos conselheiros à instituição. Porém, a entidade ficou apenas em período de diligência para readequação dos serviços.

O parecer do CMAS que colocou a Associação em processo de diligência ocasionou uma propulsão na gestão da instituição. A presidência percebeu a necessidade de se readequar em relação às normativas da assistência social. A partir disso, a entidade buscou parceiras com universidades, Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) e passou a participar dos Fóruns e Conselho voltados para a área da assistência social.

Hoje a AMVSE desenvolve os serviços socioassistenciais conforme é previsto na tipificação e continua ofertando o atendimento por meio do Projeto Ciranda Solidária em dias letivos nos períodos matutino e vespertino das 7:00h às 10:30h e 13:00h às 16:30h. O projeto recebe crianças no contra turno escolar com atividades que enfoque o protagonismo infanto-juvenil, consciência cidadã, atividades lúdicas e esportivas, auxílio tarefa, dentre outras.

Os pais são responsáveis pelas crianças e adolescentes. Além de matriculá-los na secretaria, são atendidos pelo setor de serviço social da AMVSE, o qual realiza a triagem e cadastro social da família, com o objetivo de conhecer melhor a realidade da família e adequá-los aos diversos encaminhamentos e integrá-los nas atividades de fortalecimento de vínculo familiar.

As atividades com os pais são realizadas conforme estabelecidas no Plano de Ação de atividades socioassistenciais, sendo compostas por atendimento e acompanhamento pelo(a) assistente social, reuniões e palestras mensais abordando as temáticas de fortalecimento dos vínculos familiares, protagonismo da família, cursos de geração de renda, ações de inclusão social, contribuindo para o acesso a bens e serviços da assistência social e demais políticas públicas.

4.3O PERFIL DOS USUÁRIOS

A Política de Assistência Social considera a centralidade sócio-familiar em suas ações. Prevê o território desses usuários, suas características e identidade local, objetivando diagnosticar e prevenir aos indivíduos das situações de risco e vulnerabilidade social. Nesse sentido, qualquer serviço socioassistencial executado implica a inserção da família do usuário.

O Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos desenvolvido na AMVSE atende e realiza o acompanhamento das famílias das crianças e adolescentes matriculados no Projeto Ciranda Solidária. Objetiva-se fortalecer o vínculo das famílias e o protagonismo infanto-juvenil. Assim, conhecer a opinião dos pais sobre o projeto e o bairro é primordial na investigação.

Enquanto critério de inclusão na pesquisa optou-se por entrevistar os pais e/ou responsáveis pelas crianças matriculadas no Projeto Ciranda Solidária que recebem o benefício do bolsa família e residem na Vila Santo Eugênio.

Em entrevista com os pais e/ou responsáveis pelas crianças, inicialmente, foi possível identificar uma característica já sinalizada pela assistência social. Todas as pessoas que participaram da pesquisa são mulheres, sendo mães ou avós das crianças e adolescentes. Na política de assistência social brasileira é sugerido que as mulheres, enquanto administradoras do lar, em sua maioria, sejam responsáveis por gerir os benefícios de transferência de renda, no caso, o bolsa família. Com a pesquisa foi possível comprovar essa característica.

Abaixo é apresentado o quadro que buscou investigar um breve perfil socioeconômico das mães entrevistadas:

Quadro nº 01: Perfil dos Entrevistados.

PERFIL DOS ENTREVISTADOS

Idade (anos)		Renda Familiar Salários Mínimos		Pessoas por residência	
Entre 20 a 30	23%	Menos de um	0%	Duas pessoas	10%
Entre 30 a 50	64%	Um Salário	43%	Entre duas e Quatro Pessoas	25%
Acima de 50	23%	Dois Salários	57%	Mais de Quatro pessoas	65%

Fonte: Elaboração própria.

Percebe-se que 64% das entrevistadas estão na faixa etária entre 30 a 50 anos, em um nível mais amplo, essa faixa etária, em Campo Grande – MS, representa 36,23% da população feminina, segundo levantamento realizado pelo IBGE em 2010.

Em relação a renda familiar, a pesquisa identificou que 43% possuem a renda mensal de um salário mínimo e 57% dos pesquisados dois salários mínimos, segundo o IBGE, 37,9% da população campo-grandense possuem a renda familiar entre 1 e 2 salários mínimos. Na pesquisa realizada pelo IBGE em 2010, essa média também apresenta-se como o maior índice de renda familiar. Cabe realizar uma ressalva neste dado, pois, conforme exposto, os critérios de inclusão na pesquisa,

foram famílias que recebem o benefício de transferência de renda do Programa Bolsa Família que possuem crianças matriculadas no Projeto Ciranda Solidária e moram na Vila Santo Eugênio.

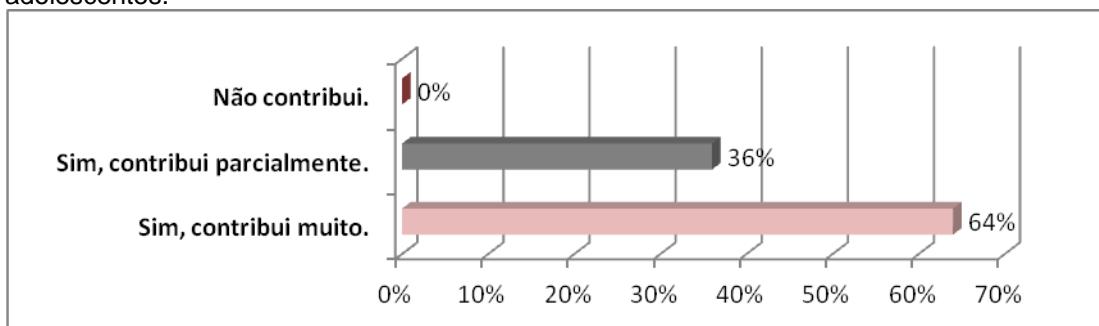
De acordo com o Ministério de Desenvolvimento Social – MDS, para que a família receba o benefício Bolsa Família, a renda *per capita* familiar deve ser inferior a R\$ 70,00, em vista deste fato, dentre os entrevistados, muitos já não fazem mais parte deste público e continuam recebendo o benefício.

No quadro exposto, ao que se refere a quantidade de pessoas por domicílio, predominam as famílias com mais de quatro moradores por residência, representando o percentual de 65% dos pesquisados, em Campo Grande – MS, segundo IBGE, a media de pessoas por domicílio é de 3,1 pessoas. Na região do Bandeiras, segundo o levantamento do Cadastro Único do Município de Campo Grande – MS, cerca de 3.119 pessoas recebem o Bolsa Família.

4.3.1 A percepção dos usuários em relação ao Projeto Ciranda Solidária

Buscou-se identificar, nas entrevistas com os pais e responsáveis, como os mesmos avaliam a contribuição do Projeto no desenvolvimento das crianças, conforme apresenta o gráfico abaixo:

Gráfico 01: Contribuição do Projeto Ciranda Solidária no desenvolvimento das crianças e adolescentes.



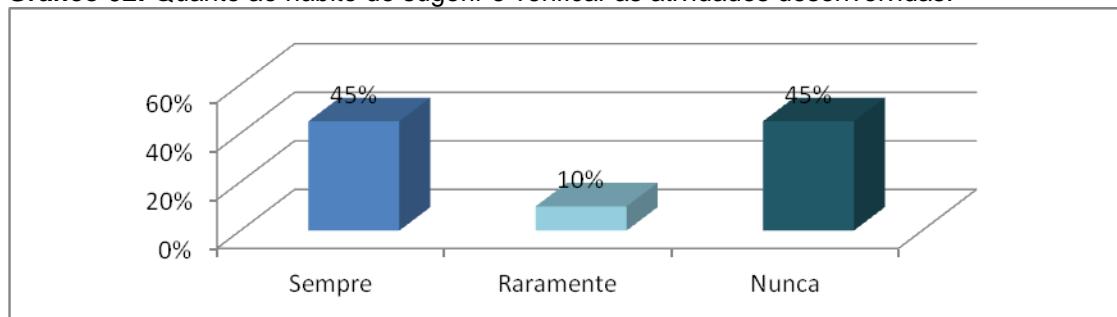
Fonte: Elaboração própria.

Como se vê no gráfico, 64% das mães entrevistadas afirmam que as atividades desenvolvidas no Projeto Ciranda Solidária contribuem no desenvolvimento das crianças e adolescentes. Segundo as entrevistadas, o relacionamento familiar também melhorou após o ingresso das crianças no projeto, 74% das pesquisadas ratificaram essa melhora, evidenciando que o principal

objetivo do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos co-financiado para a execução na associação tem sido eficaz.

Dada a importância do envolvimento dos pais e responsáveis nas atividades prestadas pela associação, foi questionado se estes tinham o hábito de verificar, junto aos professores e à coordenação do Projeto, quais as atividades desenvolvidas com as crianças, chegando-se ao seguinte:

Gráfico 02: Quanto ao hábito de sugerir e verificar as atividades desenvolvidas:

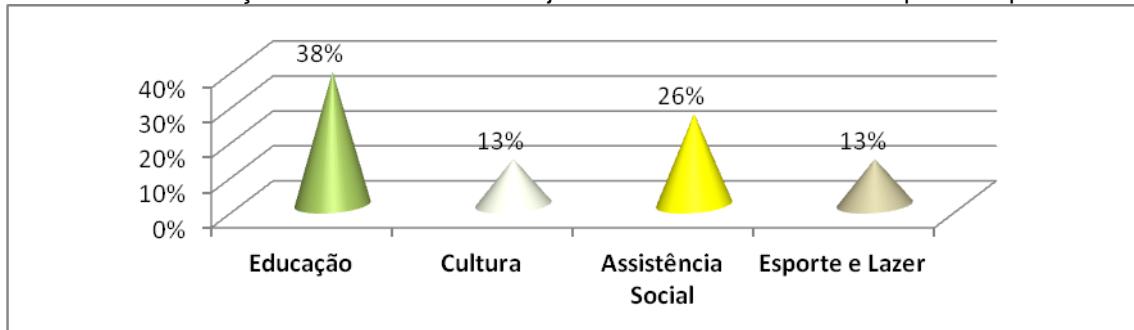


Fonte: Elaboração Própria.

O gráfico acima ilustra uma situação equilibrada, quanto a verificação/sugestão de atividades desenvolvidas no projeto. Porém, quando questionados, os pais que são moradores da Vila Santo Eugênio, sobre a verificação e sugestão de temas para as reuniões da Associação de Moradores, no que diz respeito à comunidade em geral, o dado foi alarmante: 100% afirmaram nunca ter sugerido qualquer tema ou averiguado o que é discutido.

As ações e atividades desenvolvidas no Projeto Ciranda Solidária visam contribuir para a garantia dos direitos sociais dos usuários, prevenindo-os de situações de risco e exclusão social, conforme preconiza a Política de Assistência Social. Porém, ao se questionar os sujeitos pesquisados, em seus pontos de vista, qual política pública as atividades estão relacionadas obteve-se a seguinte constatação:

Gráfico n° 03: Relação das atividades do Projeto Ciranda Solidária com as políticas públicas.



Fonte: Elaboração própria.

As famílias fazem relação entre as atividades do Projeto Ciranda Solidária com a Educação (38%), e a Assistência Social (26%). Quando questionada sobre a razão que motivou a matrícula das crianças no Projeto ouviu-se as seguintes respostas; “tirar as crianças da rua” e o “reforço escolar”, evidenciando a percepção de que o Projeto teria mais o objetivo escolar que socioassistencial.

Há de se realizar uma análise mais profunda, quando as responsáveis pelas crianças e adolescentes afirmam que **“tirar as crianças da rua”** foi o principal objetivo. É necessária a reflexão que hoje a visão da “rua” é diferente de muitos anos atrás. A “rua”, que já foi vista por muitas gerações como um espaço de representações lúdicas das brincadeiras, passou a representar um perigo às crianças.

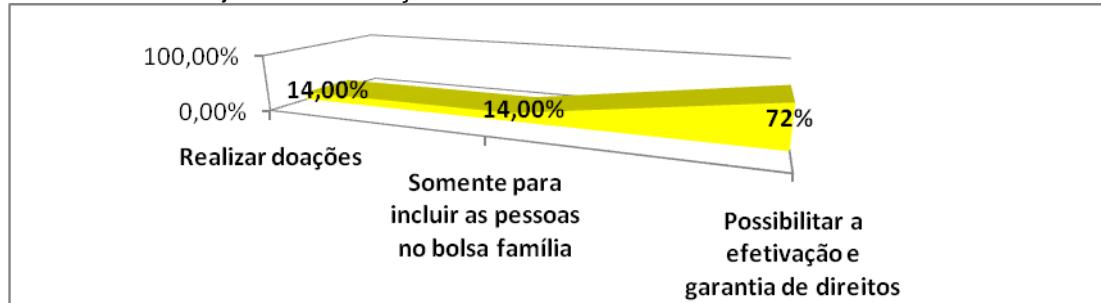
A afirmação dos pais, ao afirmar que querem matricular as crianças em projetos sociais para **“tirar as crianças da rua”**, já tem sido evidenciada em outras pesquisas. A autora Rose Satiko Gitirana Hikiji (2006) também constatou essa afirmação com os pais e responsáveis de crianças e adolescentes matriculados em um projeto voltado à musicalidade na obra “A música e o risco: etnografia da performance de crianças e jovens”. Na obra de Hikiji (2006), a autora relaciona o relato das mães quando abordam a questão de “tirar as crianças da rua” no sentido de não deixar as crianças com o tempo ocioso e sobre os perigos da rua.

Na obra “A casa e a rua”, de Roberto Damatta, o autor disserta sobre a mudança de visão sobre a rua, sendo ela considerada, na contemporaneidade, como um lugar de “indesejável individualização, de luta e de malandragem” (1991, p. 61).

Retornando às entrevistas, devido ao fato das entrevistadas serem todas beneficiárias do Programa de Transferência de Renda Bolsa Família, foi perguntado às mães se elas sabiam qual é o principal objetivo da Assistência Social. Ainda que

as mães se confundam quanto à finalidade da instituição, apontada anteriormente como sendo de educação, quando foram questionadas sobre os objetivos dos serviços socioassistenciais desenvolvidos no projeto obteve-se o seguinte resultado:

Gráfico nº 04: Objetivo dos serviços da Política de Assistência Social.



Fonte: Elaboração própria.

O gráfico deixa evidente que, embora os entrevistados não tenham relacionado, em sua maioria, a assistência social ao projeto como a política pública financiadora, estes sabem qual o objetivo maior da assistência social, desmistificando o velho tabu de que assistência social é apenas caridade e filantropia.

Por meio das entrevistas ficou evidente que, embora não todas as responsáveis acompanhem de modo mais próximo as atividades desenvolvidas no Projeto, estas, embasadas conforme as atividades e ações apresentadas na Tipificação, os responsáveis reconhecem e percebem as influências positivas dessas atividades no desenvolvimento das crianças. Ainda que o objetivo principal dos responsáveis pelas crianças seja “retirá-los da rua” e/o “auxílio tarefa”, conforme relatado, eles compreendem o caráter preventivo das ações do Projeto Ciranda Solidária, o fortalecimento dos vínculos familiares e das situações de risco a que as crianças estão expostas nas ruas.

4.3.2 Percepção dos moradores em relação a associação de moradores da Vila Santo Eugênio

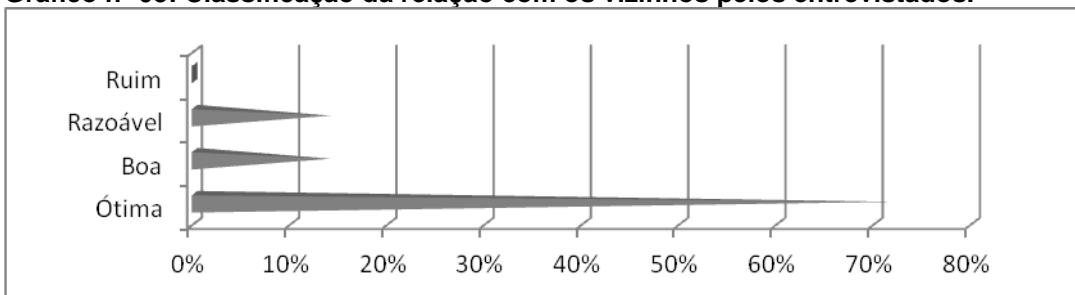
Partindo da perspectiva, tanto do Desenvolvimento Local quanto da assistência social, de que é necessário conhecer os indivíduos e sua relação com o território, a entrevista com os pais e responsáveis pelas crianças do Projeto Ciranda

Solidária, que são moradores da Vila Santo Eugênio, também verificou, junto aos entrevistados, sua relação com o bairro.

Inicialmente, buscou-se identificar a quantos anos os entrevistados residem no bairro, constatou-se que 57% residem no bairro e gostam de morar na localidade. Em relação ao motivo dos moradores residirem na Vila Santo Eugênio verificou-se que 42,84% tiveram a concessão de moradia por familiar ou amigo, 42,84% por terem nascido na localidade e/ou ter familiares no local e 14,28% por indicação de amigos.

De modo a identificar o sentimento de pertença dos moradores foi questionado sobre o sentimento em relação ao bairro. Constatou-se que 89% dos moradores gostam de morar na Vila Santo Eugênio enquanto que 11%, embora gostem de morar no bairro, se pudessem, morariam em outro lugar. No que concerne à classificação da relação dos moradores com os vizinhos obteve-se o seguinte resultado:

Gráfico nº 05: Classificação da relação com os vizinhos pelos entrevistados.



Fonte: Elaboração própria.

Os entrevistados, em unanimidade, relataram que mantém um bom nível de relacionamento com os vizinhos, desde os que nasceram no bairro até os que se mudaram para a região já na fase adulta.

Ainda que a grande maioria dos entrevistados tenha afetividade com o bairro e com os vizinhos, 100% dos entrevistados nunca sugeriram qualquer tema a ser tratado em reunião na Associação de Moradores e 86% não participam das reuniões ou buscam informações para acompanhar as discussões. Ao serem questionados sobre a contribuição da Associação de Moradores da Vila Santo Eugênio, no processo de Desenvolvimento Local do bairro, todos os pesquisados afirmaram que sim, que a Associação contribui no processo de Desenvolvimento Local do bairro.

4.3.3 A percepção do Presidente da Associação de Moradores da Vila Santo Eugênio

A entrevista com o presidente da Associação de Moradores da Vila Santo Eugênio teve como objetivo identificar sua percepção em relação à Associação, enquanto executora de um projeto socioassistencial, e sua contribuição para o Desenvolvimento Local do bairro. Inicialmente, a pesquisa intencionou conhecer os motivos pessoais que levaram o atual presidente a se candidatar ao cargo. Residindo no bairro há cerca de trinta anos sua motivação maior, segundo o mesmo, foi o desejo de desenvolver um projeto que “tirasse as crianças da rua”, evidenciando o mesmo sentido empregado pelos pais e responsáveis pelas crianças.

Em relação às principais situações de risco do bairro, o entrevistado relatou que se destacam as drogas e o alcoolismo. Porém, para o mesmo, o bairro possui, enquanto potencialidades, boa infraestrutura, comércio diversificado, segurança e unidades básicas de saúde próximas, inclusive uma Unidade de Pronto Atendimento (UPA).

No que diz respeito a necessidade de readequação da instituição, enquanto prestadora de serviços socioassistenciais, devido à tipificação nacional dos serviços socioassistenciais, o entrevistado afirmou que foi um período muito difícil para a associação, considerando o fato de que desenvolviam atividades mais direcionadas ao esporte e lazer. A associação tinha como principal objetivo “tirar as crianças das ruas e oferecer alimentação”. A fala do presidente demonstra que, embora tenha uma consciência em contribuir com o desenvolvimento das crianças, o olhar caritativo é ratificado por meio das ações. Nesse período, o entrevistado aponta que não tinha o conhecimento de quais eram as atividades a serem desenvolvidas na área da assistência social.

Antes da readequação das atividades na Associação, a equipe de profissionais era composta por três professores de educação física, não havia assistente social, pedagogo ou psicólogo para reafirmar o período que eram desenvolvidas atividades direcionados ao esporte e lazer. Constatando, dessa maneira, que não havia uma clareza dos objetivos que caracterizavam o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos que a instituição desenvolvia naquele período. O caráter da benesse e da “ajuda” às crianças era predominante. Cabe

ressaltar, que a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único e Assistência Social apresenta a equipe profissional que deve atuar na Proteção Básica que a AMVSE atua, justamente para alinhar as ações e atividades inerentes ao nível de proteção.

Em entrevista, o presidente da Associação deixou claro que a Tipificação contribuiu para a melhora nos serviços prestados pela associação. Embora o presidente soubesse quando a entidade passou a receber o co-financiamento que tratava de serviços socioassistenciais, ainda tinha dificuldades para desenvolver as atividades de cunho socioassistencial.

O relato do presidente evidenciou uma realidade que muitas organizações do terceiro setor vivenciam. Em um senso comum, algumas pessoas ainda possuem aquela antiga visão de que atividades que “ocupam” o tempo das crianças, estas que “ficavam nas ruas”, com esporte, lazer, “reforço escolar”, dentre outras que “ajudam” as crianças, é de assistência social. Há de se relacionar, neste contexto, a relação das entidades com o Conselho Municipal de Assistência Social e a Secretaria de Assistência do Município, ao que se referem a instruções, orientações e devolutivas nas visitas de monitoramento nas instituições.

Os aspectos histórico-culturais estão incutidos na sociedade, pois, por muito tempo, essas atividades foram referência, conforme já assinalado por legislações como a LOAS e a PNAS, romper com o assistencialismo é um desafio. A atual Política de Assistência Social brasileira, sem sombra de dúvida, ainda tem muitos obstáculos a serem superados, contudo, avançou muito com a articulação dos diversos conselhos e com a gestão descentralizada e participativa.

As orientações, capacitações, fóruns e debates coordenados pelo Conselho Nacional de Assistência Social e Conselho Municipal de Assistência Social têm conseguido vincular com os órgãos estatais e da sociedade civil organizada o acesso às informações e aperfeiçoamentos da prática na área da assistência social. O relato do presidente demonstrou, em todos os momentos, que ele tinha uma noção de assistência social e que, após a participação das discussões e orientações tanto dos conselheiros de assistência social, por meio dos técnicos da secretaria municipal de assistência social, era preciso que a instituição repensasse sua prática.

4.4 POTENCIALIDADES PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL

Com um cenário de mudanças ressalta-se a importância do atendimento das instituições junto aos usuários dos serviços socioassistenciais com a efetiva participação de um profissional, conforme a Norma de Operações Básicas de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social (NOBRH-SUAS), estabelecida pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome em 2006, ou seja, pelo menos um assistente social, pedagogo, psicólogo ou terapeuta ocupacional. Essa normativa parte do princípio da necessidade de existência de um profissional para mediar as ações desenvolvidas pelas instituições em consonância com os princípios da Política de Assistência Social. Essa ação objetiva que as instituições não desempenhem um trabalho puramente assistencialista que poderia entravar o desenvolvimento dos usuários dos serviços e da comunidade.

A exigência desse profissional nas instituições, enquanto mediador, pode ser relacionado no contexto do Desenvolvimento Local com o Agente de Desenvolvimento Local. Para Àvila (2001, p. 67):

[...] o agente de Desenvolvimento Local de fato age (do verbo agir), mas com finalidade, função e compromisso exclusivos de agenciador/intermediador (do verbo agenciar) na direção comunidade → desenvolvimento (e não na inversa: desenvolvimento → comunidade), ou seja, trabalhando e influenciando para que a comunidade mesma desabroche capacidades, competências e habilidades de desenvolvimento, sem a imediatista pretensão de querer levar o desenvolvimento para a comunidade ou de querer erigir iniciativas desenvolvimentistas na comunidade, que não fluam de seu real estágio de cultura, condições e política de progresso coletivo.

A abordagem acima, sobre a importância de se ter o agente de Desenvolvimento Local na comunidade e um profissional estabelecido pela NOB-RH, ilustra uma potencialidade encontrada na instituição, em epígrafe, com relação ao quadro de funcionários atual. A Associação de Moradores da Vila Santo Eugênio (AMVSE), onde se desenvolve o Projeto Ciranda Solidária, possui uma equipe profissional que atua no atendimento direto aos demandatários dos serviços formada por: 01 Assistente Social, 01 Pedagoga, 01 Professora de Educação Física e 01 Educadora Social. A instituição compreendeu as mudanças que deveriam ser realizadas no atendimento de seus usuários, não como algo imposto de cima para

baixo, mas com ponderamento de que, realmente, as pessoas atendidas careciam de uma atenção especializada. Assim, desencadeando ações que irão contribuir efetivamente com as questões sociais e vulnerabilidades locais, para que não se sucumba no localismo e no assistencialismo.

É necessário atentar-se ao fato de que muitas instituições necessitam integrar-se em sistemas de atuação em rede, ter uma percepção do micro para o macro e uma visão sistêmica conforme aponta Le Bourlegat (2011). A AMVSE atua em conjunto com o Conselho Municipal de Assistência Social, Conselho Municipal da Criança e do Adolescente e Fóruns da mesma temática. Essa interação é uma característica que pode ser notada como potencialidade, pois se entende a importância em compreender e contribuir nos debates que a instituição está direcionada.

Compreendendo a necessidade da atuação em rede e maior proximidade entre as instituições no território, a AMVSE mantém parceira com a Escola Estadual Elvira Matos, devido às atividades desenvolvidas na instituição serem em contra turno escolar de muitas crianças e adolescentes que estudam na instituição de ensino.

No mesmo sentido, os serviços socioassistenciais desenvolvidos com crianças e adolescentes, por se tratar de atividades que visam o fortalecimento de convivência e fortalecimento do vínculo familiar, são inerentes ao atendimento, bem como o acompanhamento das famílias. Sendo assim, são realizadas ações que ampliam as atividades desenvolvidas com os familiares, como cursos e palestras em parceria com o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) do Jardim Moema e Unidade Básica de Saúde.

A Associação de Moradores da Vila Santo Eugênio apresenta inúmeras potencialidades que fomentam o Desenvolvimento Local do bairro, em especial ao que concerne o trabalho com crianças e adolescentes na prevenção de riscos sociais e situações que podem levá-los à exclusão social. A iniciativa da Associação em buscar uma parceria com a assistência social para integrar a rede socioassistencial e oferecer serviços às crianças e suas famílias, demonstra que a instituição está emponderada de sua responsabilidade enquanto representante de uma coletividade. Assim, buscar, por meio das políticas públicas, representar essa região. Ainda que a participação dos moradores do bairro não seja tão atuante, a

Associação tem buscado atender as famílias e fortalecer o vínculo tanto das crianças e adolescentes com as famílias, quanto da instituição com os moradores.

4.5 ENTRAVES PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL

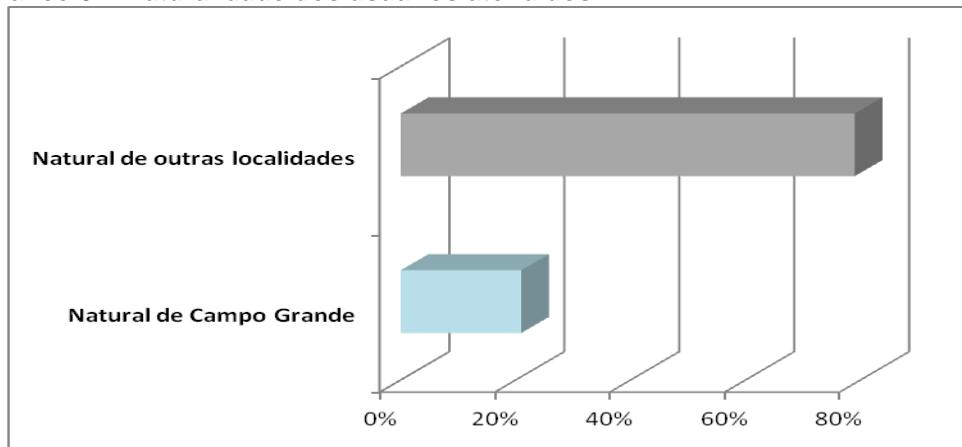
A pesquisa permitiu identificar algumas características, dos usuários e da comunidade, que podem tornar o processo de Desenvolvimento Local mais moroso. Devido ao passado, em que muitas pessoas estavam habituadas às situações assistencialistas e clientelistas, muitos usuários ainda não se sensibilizaram de seu efetivo papel frente à problemática social da comunidade e da importância de se estabelecer uma interação, participação e acompanhamento nas atividades desenvolvidas na AMVSE.

A instituição em apreço é uma Associação de Moradores que, frente a realidade de tantas crianças e adolescentes, expostos aos mais diversos riscos sociais, dentre eles o trabalho infantil, exploração sexual, uso de substâncias psicoativas, criminalidade, dentre outros, criou o Projeto Ciranda Solidária, na tentativa de envolver a população em atividades direcionadas às crianças e adolescentes no sentido de que minimizassem tais riscos. Porém, não há esse engajamento comum e a efetiva participação dos moradores e pais/responsáveis pelas crianças e adolescentes matriculados.

Há de se considerar que, quando se discute a participação da população, é necessário vislumbrar que, no Brasil, durante muitos anos, o Estado exerceu sua rigidez e controle, especialmente ao que concerne a assistência social. Assim sendo, deve-se analisar tais situações no contexto histórico e cultural dos indivíduos (AMARAL e COSAC, 2009).

De modo a tentar compreender melhor o porquê de a população local não interagir e participar das reuniões na instituição foi realizada uma pesquisa junto as fichas de atendimento dos usuários a fim de descobrir qual seus locais de origem, como se vê no gráfico abaixo.

Gráfico 02: Naturalidade dos usuários atendidos.



Fonte: Elaboração Própria.

Apesar da maioria dos moradores não serem naturais de Campo Grande - MS, consequentemente do bairro, entende-se pelas contribuições de Raffestin (1993), que o território é construído socialmente, a partir do momento em que os homens ocupam determinado espaço. Milton Santos, (1994), também afirma que esse território pode ser construído por diferentes pessoas de diferentes localidades, tendo objetivos comuns ou não.

Os dados levantados e discutidos até o momento demonstram que a população não está totalmente enraizada com a problemática local, despontando em possíveis problemas com o sentimento de pertença local. Tais fatos evidenciam um desafio, tanto na perspectiva teórica do Desenvolvimento Local, quanto previsto na Política Nacional de Assistência Social, que é o desafio da população em participar e se integrar nas atividades de maneira mais ativa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A investigação realizada evidencia os aspectos congruentes entre os objetivos da Política de Assistência Social e o Desenvolvimento Local, em especial, os aqui elencados. Ambos têm como foco fomentar o protagonismo individual e coletivo a partir de suas vivências e sua territorialidade, utilizando recursos e potencialidades locais, articuladas com políticas públicas, parcerias com organizações da sociedade civil organizada e instituições privadas.

É necessário compreender que houve passagem de inúmeros presidentes pela Associação de Moradores, com suas próprias formas de gestão e interesse, fato que reflete na cultura local dos moradores em não buscar se inteirar dos assuntos tratados pela Associação que os representa. Ainda, ao que se refere a gestão da associação, é importante registrar a atuação do profissional do serviço social que, em muitas ocasiões, pelo fato da AMVSE ser uma instituição com pouco recurso e não dispor de tantos profissionais para contribuir no planejamento de atividades, é sobre carregado atribuições que deveriam ser realizadas pelo gestor e não o técnico.

A precarização do trabalho do assistente social em organizações não governamentais já é discutida por muitos pesquisadores. Na pesquisa realizada essa característica também foi identificada. No caso da instituição pesquisada há uma carência muito grande de voluntários, a instituição não conta com nenhum voluntário, fato que gera maior despesa na instituição com pagamento de pessoal.

No que concerne à inovação local a Associação demonstra que tem buscado parcerias, se adequar às necessidades sistematizadas pela política de assistência social, participar de fóruns e conselhos de direito, ratificando a ideia de que não basta compreender só o micro, de modo que se corra o risco em cair no localismo.

A sustentabilidade da AMVSE constitui, talvez, em um dos maiores desafios da instituição, pois ela conta, basicamente, com o recurso repassado pelo co-financiamento do Fundo Municipal de Assistência Social pela execução do serviço de convivência e fortalecimento de vínculos. Em campo, notou-se que o espaço da AMVSE é excelente; com quadras, salas e um grande salão, contudo, precisam de reforma, bem como de materiais para desenvolvimento das atividades. Para estas melhorias a instituição tem buscado parcerias esporádicas por meio de rifas e

“ações entre amigos”, porém, ainda sim, não atende as necessidades, mais dispendiosas.

As questões político-partidárias são outro elemento que merece ser análise na pesquisa. Embora, tenha-se o conhecimento de que, na assistência social, o co-financiamento é estabelecido a partir de leis e normatizações e da necessidade de uma rede socioassistencial unida em prol da garantia de direitos, nota-se a existência de “micro-poderes” em várias instâncias.

As dificuldades encontradas na comunidade apresentam-se como desafios ao processo de Desenvolvimento Local, que pode ser moroso, porém, ainda sim, deve-se compreender que as comunidades têm seu tempo para se “desabrocharem suas potencialidades”. Esse fato não significa que a comunidade tenha que alcançar esse desabrochar sozinha, pelo contrário, pode e deve contar com a mediação de agentes externos, enquanto fatores exógenos de desenvolvimento, a título de mobilização da população.

Relacionando a pesquisa com as demandas, pela perspectiva da Assistência Social, fica o desafio de, junto à comunidade e demais instituições, não somente fortalecer o vínculo familiar, mas, também, entre as diversas famílias do bairro. No mesmo sentido, sensibilizar os moradores de que a Associação de Moradores da Vila Santo Eugênio é um espaço comunitário, que visa o fortalecimento dos moradores do bairro, e que o Projeto Ciranda Solidária, que atende as crianças e adolescentes, é um projeto que busca diminuir os riscos sociais de seus filhos, netos, sobrinhos, amigos, dentre outros. Um projeto que necessita de uma interação maior da comunidade, pois representa os futuros adultos do local.

Em posse dos dados obtidos foi possível perceber que a AMVSE, enquanto uma Associação de Moradores e instituição que compõe a rede socioassistencial, necessita instrumentalizar melhor as estratégias que visam fortalecer a participação e interação dos pais e responsáveis pelas crianças e adolescentes do Projeto, que também são moradores da Vila Santo Eugênio. Embora seja necessário fortalecer o vínculo familiar, conforme preconizado pelo serviço socioassistencial prestado, é inerente, também, que se fortaleça e fomente a cidadania plena dos moradores.

O Projeto Ciranda Solidária, por si só, já demonstra um grande potencial do local, que é cuidado e a preocupação com as crianças, evidenciados nas falas tanto das responsáveis por elas, quanto pelo presidente da instituição. É necessário que, da forma como alguns moradores se organizaram para reivindicar um espaço e

serviços que contribua com o desenvolvimento das crianças, que matricularam seus filhos no Projeto, continuam para a mobilização e reivindicação de novas melhorias, não somente para as crianças, mas para todos os demais moradores.

Há de se reconhecer que, na atual conjuntura, uma associação de moradores compõe a rede socioassistencial e atendendo crianças e adolescentes, evidencia as características de protagonismo, empoderamento dos direitos das crianças e dos adolescentes e articulação para implementação das políticas públicas no local.

É seguindo essa perspectiva que a instituição deve continuar lutando pela garantia dos direitos dos moradores, atuando no fortalecimento da cidadania, avaliando, constantemente, suas práticas e ações, compor Conselhos de Direito, não só das crianças e adolescentes, mas, do idoso, da mulher, pessoa com deficiência dentre outros. Ou seja, buscar por meio do empoderamento local articular políticas e desenvolver ações que favoreçam o Desenvolvimento Local, na prevenção de vulnerabilidades sociais e na redução da pobreza e exclusão social.

REFERÊNCIAS

- ALBAGLI, Sarita; MACIEL, Maria Lúcia. **Informação e conhecimento na inovação e no Desenvolvimento Local.** 2004. Ci. Inf., V. 33, n. 3, p.9-16, set./dez. 2004. Brasília: 08.
- AMARAL, Ana Lúcia. **Pertencimento.** 2006. Disponível em: <<http://www.esmpu.gov.br/dicionario/tiki-index.php?page=Pertencimento>>. Acesso em: 18 marc. 2013.
- AMARAL, Roberto Galassi. COSAC, Claudia Maria Daher. **O terceiro setor e desenvolvimento sustentável.** Serviço Social & Realidade. Franca. 2009.
- ARAUJO, Maria Celina Soares D'. **Capital Social.** Rio de Janeiro: ZAHAR , 2003
- ÁVILA, Vicente Fideles de et al. **Formação Educacional em Desenvolvimento Local: relato de estudo em grupo e análise de conceitos.** Revista Internacional de Desenvolvimento Local: Campo Grande (MS), v.1, n.1, p. 63-76, 2000.
- ÁVILA, Vicente Fideles de. **Formação educacional em Desenvolvimento Local:** relato de estudo em grupo e análise de conceitos. Campo Grande: UCDB, 2001.
- BRASIL. **Constituição da república federativa do Brasil.** Brasília: Senado Federal, 1988.
- _____. Presidência da República. **Lei orgânica da assistência social**, n. 8.742, de 7 de dezembro de 1993.
- _____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Política nacional de assistência social (PNAS).** Brasília, novembro de 2004.
- _____. Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS. **Norma operacional básica – NOB/SUAS**, Resolução n. 130, de 15 jul. 2005.
- _____. Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS. **Norma operacional básica de recursos humanos do SUAS, NOB-RH/SUAS.** Resolução n. 01, de 25 jan. 2007.
- _____. Conselho Nacional de Assistência Social. **Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (Res n. 109, de 11 de novembro de 2009).** Brasília, MDS: 2009.
- BUARQUE, Sérgio. **Metodologia de planejamento do Desenvolvimento Local e municipal sustentável.** Projeto de Cooperação Técnica INCRA/IICA. Brasília, 1999.
- CAMARGO, Mariângela F. de et al. **Gestão do Terceiro Setor no Brasil.** São Paulo: Futura, 2002.

COELHO, Simone de Castro Tavares. **Terceiro Setor: um estudo comparado entre Brasil e Estados Unidos da América.** 2. ed. São Paulo: Senac, 2002.

DAMATTA, Roberto. **A casa e a rua.** Rio de Janeiro, Guanabara Koogan, 1991.

DAVENPORT, Thomas O. **O capital humano: o que é e por que as pessoas investem nele.** São Paulo: Nobel, 2001.

ELIZALDE, Antonio. **Desarrollo a escala humana: conceptos y experiências.** 2000. Revista Internacional de Desenvolvimento Local – Interações. v. 1, n. 1, p. 51-62. Campo Grande: 09.

FERNANDES, Rubem Cesar. O que é o terceiro setor? In: IOSCHPE, Evelyn Berg (Org). **3º Setor: Desenvolvimento Social Sustentado.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997, p. 25-33.

FONTAN, Jean-Marc e Vieira P. F. **Por um enfoque sistêmico, ecológico e “territorializado”.** In: Trembaly, G. e Vieira, P. F (org's). O papel da universidade no Desenvolvimento Local. Florianópolis: Editora Secco, 2011.

GARAY, Angela B. S. **Os significados do trabalho do voluntário organizacional e sua ação junto ao terceiro setor.** Tese (Doutorado) - UFRGS, Escola de Administração, 2003.

GOHN, Maria da Glória. **Os Sem-Terra, ONG's e Cidadania.** 3. Ed. São Paulo: Cortez, 2003.

HIKJJI, R. S. G. A música e o risco. São Paulo: EDUSP, 2006.

KLIKSBERG, Bernardo. **Capital social e cultura: chaves esquecidas do desenvolvimento.** Brasília-DF, 2003.

KOGA, D. e NAGANO, K. **Perspectivas Territoriais e Regionais para políticas públicas brasileiras.** Cadernos Abong, 2003.

LANDIM, Leilah. **Múltiplas Identidades das ONGs.** In: Seminário Estudos Sobre as Organizações Não-Governamentais na América Latina: situação e perspectivas – ALOP, 19 p. São Paulo, 2001.

LE BOURLEGAT, C. A. **Desenvolvimento Local na abordagem territorial do atual sistema-mundo.** In: Trembaly, G. e Vieira, P. F (org's). O papel da universidade no Desenvolvimento Local. Florianópolis: Editora secco. 2011.

_____. *Ordem local como força interna de desenvolvimento. Revista Internacional de Desenvolvimento Local.* Campo Grande, v. 1, n. 1, p. 13-20, set. 2000.

LÓPEZ, Tereza. Servicio social y desarollo local. In: *Colegio de Asistentes Sociales. Chile*, 1991.

MARTINS, Sérgio Ricardo Oliveira. **Desenvolvimento Local:** questões conceituais e metodológicas. Revista Internacional de Desenvolvimento Local – Interações. Campo Grande, v. 3, n. 5, p. 51-59, set. 2002.

MILANI, C. Teorias do Capital Social e Desenvolvimento Local: lições a partir da experiência de Pintadas (Bahia, Brasil). 2006. Disponível em: <<http://www.adm.ufba.br>> Acesso em 13 março 2013.

MONTAÑO, Carlos. **Terceiro setor e questão social: crítica ao padrão emergente de intervenção social.** São Paulo: Cortez, 2002.

_____. Terceiro Setor e Questão e Questão Social: Crítica ao padrão emergente de intervenção social. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

MORETTO, Cleide Fátima. O capital humano e a ciência econômica: algumas considerações. *Teor.Evid.Econ.Passo Fundo.* V. 5, n. 9, 1997.

MOREIRA, Joel Gomes. **A construção da cidadania.** Jornal do Advogado, Belo Horizonte, ano 31,n. 253, p. 14, m ar. 2008.

NETO, Francisco, P, M e FROES, César (1999). **Responsabilidade social e cidadania empresarial: a administração do Terceiro Setor.** Qualitymark, Rio de Janeiro.

NEWTON, Kenneth. *Social capital and democracy.* In: KLIKSBERG, Bernardo. Falácia e mitos do desenvolvimento social. São Paulo: Cortez; Brasília-DF: UNESCO, 2001.

PEREIRA, T. D. **Política nacional de assistência social e território:** um estudo à luz de David Harvey. Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2009.

PEREIRA. Potyara Amazoneida. **Política social e democracia.** São Paulo. Cortez Editora. 2008.

PESSOA, G. P.; ROCHA, M. G. **Aspectos jurídicos das ONGs.** In: *ONG's no Brasil:* perfil de um mundo em mudança. Fortaleza: Fundação Konrad Adenauer, p. 153-217, 2003.

PLANURB. **Perfil Socioeconômico de Campo Grande/Instituto Municipal de Planejamento Urbano – PLANURB.** 19 ed. rev. Campo Grande, 2012.

RAFFESTIN, Claude. O que é o Território? In: **Por uma Geografia do Poder.** São Paulo: Ática, 1993. p.144-220.

SANTOS, Milton. *O retorno do território.* In: SANTOS, M. et al. **Território: globalização e fragmentação.** São Paulo: Hucitec, 1994.

_____, M. **Por uma Geografia Nova.** São Paulo: Hucitec, Edusp, 1978.

_____, Milton. **O país distorcido**: o Brasil, a globalização e a cidadania. São Paulo: Publifolha, 2002.

SCHIAVO, Márcio R. e MOREIRA, Eliesio N. **Glossário Social**. Rio de Janeiro: Comunicarte, 2005.

SOUZA, Maria Adélia Aparecida. **O lugar de todo mundo** – a geografia da solidariedade. 1997. Texto apresentado em SEMINÁRIO NA BAHIA, em Junho de 1997, organizado pelo Programa de Pós-Graduação e pelo Departamento de Geografia da UFBA.

SPOSATI, A. de O. **Especificidade e intersetorialidade da política de assistência social**. In.: Revista Serviço Social e Sociedade, 2003.

_____. **A menina LOAS: um processo de construção da Assistência Social**. São Paulo: Cortez, 2004.

_____. **Territorialização e desafios à gestão pública inclusiva**: o caso da assistência social no Brasil. Paper, São Paulo, 2008.

_____. Prefácio. In: YAZBEK, Maria Carmelita. **Classes subalternas e assistência social**. São Paulo: Cortez, 1993.

THOMPSON, Andrés A. Do compromisso à Eficiência? Os caminhos do terceiro setor na América Latina. In: IOSCHPE, Evelyn Berg (Org). **3º Setor: Desenvolvimento Social Sustentado**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997. p. 41-48.

TUAN, Yi-Fu. **Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente**. Trad. Lívia de Oliveira. São Paulo: Difel, 1980.

WEBER, Max. **Conceitos básicos de sociologia**. São Paulo. Moraes, 1987.

ANEXOS

Instrumento para Coleta de Dados

QUESTIONÁRIO DIRECIONADO AOS PAIS E RESPOSÁVEIS PELAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES MATRICULADAS NO PROJETO CIRANDA SOLIDÁRIA

Data do preenchimento _____ / _____ / _____

PARTE I – Dados pessoais e familiares

1) Idade: _____

2) Sexo: Masculino () Feminino ()

3) Quantas pessoas residem em sua casa?

() Duas pessoas. () Entre duas e quatro pessoas. () Mais de quatro pessoas.

4) Qual sua renda familiar mensal?

() Menos que um salário mínimo. () Um salário mínimo.
() Dois salários Mínimos. () Mais de dois salários mínimos.

PARTE II – Percepção do responsável em relação ao Projeto Ciranda Solidária

05) Qual o motivo que levou o(a) senhor(a) a matricular a criança e ou adolescente sob sua responsabilidade no Projeto Ciranda Solidária?

06) Na sua opinião o Projeto Ciranda Solidária contribui para o desenvolvimento das crianças e adolescentes atendidas?

() Sim, contribui muito. () Sim, contribui parcialmente. () Não contribui.

07) No seu ponto de vista de quais formas o Projeto Ciranda Solidária contribui para as crianças e adolescentes atendidas?

8) O (a) Sr.(a) tem o hábito de verificar junto a coordenação do projeto e professores quais as atividades desenvolvidas com as crianças e adolescentes?

() Sempre. () Raramente. () Nunca.

9) Qual seu nível de participação das reuniões de pais no Projeto Ciranda Solidária?

() Vou sempre que solicitado. () Nem sempre participo. () Nunca participo.

10) O(a) Sr.o(a) acredita ser importante desenvolver atividades e ações com os pais e responsáveis pelas crianças e adolescentes matriculadas no Projeto Ciranda Solidária? Por quê?

11) Na sua opinião houveram mudanças no relacionamento familiar após a inserção da criança ou adolescente no Projeto Ciranda Solidária?

() Sim. () Não.

Se sim:

() Positivas. () Negativas.

12) No seu ponto de vista, o que precisa ser melhorado no Projeto Ciranda Solidária?

13) O (a) Sr.(a) sabe em qual política pública os serviços oferecidos pelo projeto ciranda solidária está relacionado?

() Educação. () Cultura. () Assistência Social. () Saúde. () Esporte e Lazer.

14) Para você os serviços da assistência social devem ter o objetivo de:

() Realizar doações. () Possibilitar a efetivação e garantia de direitos.
() Somente para incluir as pessoas no bolsa família.

PARTE III – Percepção do(a) responsável em relação a Associação de Moradores da Vila Santo Eugênio e Bairro Vila Santo Eugênio

15) Há quanto tempo mora no bairro?

- A) () Há menos de um ano.
- B) () Entre um e três anos.
- C) () Entre cinco e dez anos.
- D) () Há mais de dez anos.

16) Qual seu nível de participação nas reuniões da Associação de Moradores?

- A) () Vou sempre que solicitado.
- B) () Nem sempre participo.
- C) () Nunca participo.

17) O (a) Sr.(a) tem o hábito de sugerir temas de atividades, reuniões ou palestras para que a associação desenvolva?

- () Sempre.
- () Raramente.
- () Nunca.

18) No seu ponto de vista de quais formas a Associação de Moradores contribui para o Desenvolvimento Local do bairro?

19) Como você classifica sua relação com seus vizinhos e demais moradores do bairro?

- () Ótima.
- () Boa.
- () Razoável.
- () Ruim.

20) Qual seu sentimento em relação ao bairro Santo Eugênio?

- () Gosto do bairro que moro.
- () Se pudesse moraria em outro bairro, porém gosto do bairro.
- () _____ Não gosto do bairro que moro.
Porquê? _____

21) Quais foram os motivos que fizeram o(a) Sr.(a) morar na Vila Santo Eugênio?

Instrumento para Coleta de Dados

QUESTIONÁRIO DIRECIONADO AO PRESIDENTE DO PROJETO CIRANDA SOLIDÁRIA E PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DA VILA SANTO EUGÊNIO

- 1) Há quanto tempo você mora no bairro?**
- 2) Antes de ser presidente da associação você participou da administração anterior?**
- 3) Qual o motivo que lhe fez querer ser presidente do bairro?**
- 4) No seu ponto de vista quais as principais potencialidades do bairro?**
- 5) No seu ponto de vista quais as principais situações de risco no bairro?**
- 6) Por quê você optou por oferecer atividades socioassistenciais as crianças do bairro?**
- 7) Quando você iniciou as atividades com as crianças e as famílias você sabia do que se tratava a política nacional de assistência social?**
- 8) Como você avalia a participação dos moradores do bairro nas atividades da associação?**
- 9) Como você avalia a participação dos pais no Projeto Ciranda Solidária?**
- 10) Quando os serviços socioassistenciais foram tipificados a associação e os funcionários tiveram dificuldades de se adaptar?**
- 11) No seu ponto de vista a tipificação contribuiu ou dificultou a execução dos serviços socioassistenciais na associação?**
- 12) De quais formar o Sr. acredita que a associação contribui no Desenvolvimento Local do bairro?**

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Eu, Leandro Henrique de Araújo Leite, mestrando no Programa de Desenvolvimento Local em Contexto de Territorialidades na Universidade Católica Dom Bosco - UCDB. Venho por meio desta, convidá-los (as) a participar da pesquisa: "Assistência Social e Desenvolvimento Local: um olhar para o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, desenvolvido no Projeto Ciranda Solidária", sob orientação do Professor Dr. Heitor Romero Marques.

A pesquisa tem como objetivo identificar como o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculo desenvolvido pela Associação de Moradores da Vila Santo Eugênio por meio do Projeto Ciranda Solidária, pode contribuir no processo de Desenvolvimento Local da Vila Santo Eugênio e das famílias assistidas.

Para atender o objetivo da pesquisa, solicitamos sua participação voluntária e esclarecemos que será mantido o seu anonimato, evitando danos ou riscos, assim como, garantimos que sua participação não lhe acarretará ônus de espécie alguma. As informações que você fornecer serão analisadas de forma confidencial. Caso você aceite participar da pesquisa você receberá duas cópias do termo de consentimento livre e esclarecido, sendo que uma cópia você entregará ao pesquisador assinada e a segunda cópia do termo estará assinada e ficará em sua posse conforme recomendações da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP).

Durante o curso da pesquisa se tiver dúvidas, você tem o direito de receber esclarecimentos do pesquisador.

Você tem direito de desistir da pesquisa, a qualquer momento, mesmo que já tenha assinado este termo, sem quaisquer consequências ou ônus, a sua participação ou recusa em participar da pesquisa não lhe trará nenhum prejuízo.

Cabe ressaltar que os resultados obtidos com esta pesquisa também serão encaminhados para publicação em periódicos especializados, em forma de artigo científico, e divulgados em eventos da área.

Após você ter recebido estas informações e os esclarecimentos que julgar necessário, faça sua decisão. Se você concordar, solicitamos que assine este termo.

Agradecemos sua colaboração.

Nome e endereço do pesquisador:

Leandro Henrique de Araújo Leite

Avenida Conde de Boa Vista nº523 – Tijuca - Campo Grande-MS

Fone: (067) 9228-4980

Nome do Entrevistado: _____

Assinatura do entrevistado: _____

Assinatura do pesquisador responsável: _____

Campo Grande-MS, _____ de _____ de 2013.